



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ORIGEM DO GÊNERO HOMO E EVOLUÇÃO DO SER SOCIAL

MARILIA ANDREZA RODRIGUES FERREIRA CERQUEIRA

**Mariana-MG
2019**

Marília Andreza Rodrigues Ferreira Cerqueira

ORIGEM DO GÊNERO HOMO E EVOLUÇÃO DO SER SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Me. Raquel Mota Mascarenhas.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas

**Mariana-MG
2019**

C416o Cerqueira, Marília Andreza Rodrigues Ferreira.
Origem do Gênero Homo e Evolução do Ser Social [manuscrito] / Marília
Andreza Rodrigues Ferreira Cerqueira. - 2019.

60f.:

Orientadora: Profª. MScª. Raquel Mota Mascarenhas.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e
Serviço Social.

1. Ciência - Teses. 2. Antropologia filosófica - Teses. 3. Serviço social -
Teses. 4. Trabalho - Aspectos sociais - Teses. 5. Homem - Teses. I.
Mascarenhas, Raquel Mota. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 316.3

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.br

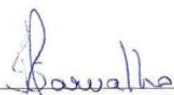
“ORIGEM DO GÊNERO HOMO E EVOLUÇÃO DO SER SOCIAL”

DISCENTE: Marília Andreza Rodrigues Ferreira Cerqueira

ORIENTADORA: Prof.^a Me. Raquel Mota Mascarenhas.

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 11/07/2019



Me. Thaise Seixas
(Membro da banca)



Dr. Alexandre Arbia
(Membro da banca)



Me. Raquel Mota Mascarenhas
(Professora orientadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a ciclicidade da vida regida por todos os seres;

Agradeço aos meus amados pais, Marluce e Eduardo, pelo afago ininterrupto e por contemplarem todas as minhas conquistas, e ao meu irmão Leonardo por dividir comigo a existência e inundar meu coração de afeto;

Agradeço minhas amigas Andreza e Thayná, representantes de um grande encontro promovido pelo universo, por compartilharem os desafios e dádivas dessa trajetória;

Agradeço à Professora orientadora Raquel, a quem não tenho palavras senão gratidão, por viabilizar tantas portas para o meu crescimento acadêmico e pessoal e pelos imensuráveis conhecimentos que agora me constituem;

Agradeço meu companheiro Thiago por embarcar ao meu lado na jornada do conhecimento, juntos construímos diálogos de evolução mútua;

Agradeço a Supervisora de Campo Thaise, a quem tenho profunda admiração pessoal e profissional, pela fortunosa experiência no estágio e por todo tempo dedicado a me ensinar;

Gratidão.

Toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente.
(Marx, 1985, III, 2, p.271)

RESUMO

Esse trabalho tem o objetivo de reunir formulações científicas no que tange a origem e evolução humana como elemento da natureza e da dimensão social. Para tanto será realizada pesquisa bibliográfica nos acúmulos da Teoria Social Crítica, especificamente no que tange às suas formulações no campo da ontologia do ser social. Posteriormente, nos avanços promovidos pela Antropologia, cujo objeto é a totalidade humana, para identificar como são caracterizadas as mesmas transformações responsáveis pelo desenvolvimento da humanidade. Por fim, no bojo das conclusões, será analisado de que forma a interlocução entre as áreas do saber se aproximam e/ou divergem, levando sempre em consideração o tempo histórico das respectivas promulgações e métodos de pesquisa.

Palavras-Chave: Ciência; Ser Social; Trabalho; Sapiens.

ABSTRACT

This work has the objective of bringing together scientific formulations regarding human origin and evolution as an element of nature and the social dimension. For this, a bibliographical research will be carried out in the accumulations of Critical Social Theory, specifically regarding its formulations in the field of social ontology. Subsequently, in the advances promoted by Anthropology, whose object is human totality, to identify how the same transformations responsible for the development of humanity are characterized. Finally, in the context of the conclusions, it will be analyzed how the interlocution between the areas of knowledge are approached and/or diverged, always taking into account the historical time of the respective promulgations and research methods.

Keywords: Science; Being Social; Job; Sapiens.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
2 ONTOLOGIA MARXIANA	16
2.1 O MÉTODO MARXISTA HISTÓRICO-DIALÉTICO	16
2.2 TRABALHO: CATEGORIA FUNDANTE	22
3 DESCOBERTAS ANTROPOLÓGICAS	32
3.1 A HISTÓRIA DO GÊNERO HOMO	33
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo tem como tema a conexão entre a antropologia e a teoria social crítica, especificamente no que tange às suas formulações no campo da ontologia do ser social.

Para expressar o interesse pessoal acerca dessa temática, faço uso das palavras de José Paulo Netto (2001, p.22) ao referir-se à pesquisa social como “[...] uma relação em que o sujeito está implicado no objeto [...]”. Isto é, desenvolver conhecimento sobre a humanidade apresenta um desafio de descobrir informações pessoais, uma vez que componho o objeto estudado e carrego inquietações acerca da sociedade em que estou inserida.

O que despertou essa reflexão, portanto, foi observar o quanto a reificação¹ das relações sociais contribui para distanciar as pessoas de sua própria história. São tempos em que o ser humano não reflete sobre como sua existência é recente no planeta e/ou o quanto o modo de sociabilidade interfere na vida coletiva. Ou seja, tanto as questões comprovadas cientificamente são desprezadas, como o que está colocado é tomado como verdade imutável, sem levar em conta que nós mesmos construímos a nossa forma de organização.

Esse horizonte se abriu ao longo da trajetória do curso de Serviço Social da UFOP. Oriunda do ensino médio privado, carregava concepções de mundo muito distintas das quais, agora, saio da universidade. Ouro Branco, minha cidade de origem se assemelha com o município de Mariana, em relação a construção econômica, ambas giram em torno de uma grande empresa, a primeira siderúrgica e a segunda mineradora. Jamais havia pensado sobre as implicações dessa realidade para o território, a nível social e ambiental. Logo no primeiro período do curso houve o crime da Samarco (2015), que adensou as discussões dentro da academia, e

¹ Marx (1983) chama de fetichismo o caráter misterioso que as mercadorias assumem ao aparentarem-se autônomas e exercer poder sobre seus produtores. Tal processo cria a base para a emergência da reificação, em que “as relações sociais tomam a aparência de relação entre coisas” (NETTO e BRAZ, 2012, p.93)

pouco a pouco descobri as duras correlações de força que imperam no modo como estamos organizados socialmente, o Modo de Produção Capitalista.

No espaço da universidade, pude desenvolver alguns projetos que sustentam o tripé "Ensino, Pesquisa e Extensão" e que foram fundamentais nessa construção. Fui voluntária no Projeto de Extensão "CIRCULA AGRICULTURA" durante o semestre 2016.2; bolsista de Iniciação Científica da pesquisa intitulada "O conceito de pobreza e a assistência estudantil da UFOP", durante o ano de 2017; e monitora das disciplinas de Pesquisa e Serviço Social I e II, no semestre 2018.2 e 2019.1, respectivamente. A iniciação levou-me ao 11º Congresso Internacional de Educação Superior, celebrado de 12 a 16 de fevereiro de 2018, no Palácio de convenções de Havana, Cuba, e, também ao II Simpósio Nacional Educação, Marxismo e Socialismo - 200 anos de Karl Marx (1818-1883), realizado na Universidade Federal de Minas Gerais, onde pude apresentar os resultados da pesquisa. Mas, não somente. Ambos os eventos contribuíram fortemente para definir o tema do presente trabalho, centrado na Teoria Social Crítica. Além disso, a disciplina "Capitalismo, Pobreza e Gestão da Barbárie" cursada no mesmo período, 2018.1, apresentou-me a discussão do antropoceno, categoria que será abordada nas próximas páginas, que delimitou o objeto que propus estudar, a única espécie capaz de compreender o metabolismo da natureza, o ser social.

A investigação acerca desse tema é de relevância social, pois se trata de um estudo que se propõe a produzir conhecimento acerca da própria formação humana. Isso, porque considero que a pesquisa científica é a forma mais eficaz de preencher lacunas, sanar dúvidas e indicar novos questionamentos alinhados a capacidade do homem e da mulher de criarem a história. Pois, como afirma Maria Cecília de Souza Minayo (2009, p. 12), "[...] As sociedades vivem o presente marcado por seu passado e é com tais determinações que constroem o seu futuro, numa ideia dialética constante entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo [...]".

Acredito ser necessário para o ser humano conhecer sobre sua origem por dois principais motivos. Primeiro porque o papel central da humanidade na

geologia têm crescido gradativamente. Assim, mesmo sendo capaz de compreender o metabolismo da natureza, uma pequena parte da humanidade consegue manter a permanência de um modo de produção que submete todas as atividades ao lucro. Ou seja, a humanidade, organizada em prol da reprodução do capital, está interferindo na constituição da Terra, de forma destrutiva, a ponto de erguer uma nova idade geológica: o antropoceno².

Em segundo lugar, em uma sociabilidade fundada sob o fetichismo da mercadoria, torna-se cada vez mais necessário refletir sobre as necessidades do ser humano. Uma vez que essas são criadas a partir do imperativo de produzir valor novo, portanto, articuladas ao consumo de massa, reafirmado pelos grandes meios de comunicação, que propagam e disseminam a falsa ideia de bem estar centrado na aquisição de coisas.

Diante a isso, destaca-se que grande parte dos avanços na área da ciência, dentro do modo de produção capitalista, são destinados a intenção central de produzir valor novo, inclusive objetos de pesquisa são definidos com esse objetivo. Portanto, este trabalho possui relevância social na medida que busca romper com esta lógica e levantar questionamentos que contribuam para pensar em uma nova ordem societária, onde a ciência possa ser desenvolvida e utilizada a serviço da emancipação humana e preservação da Terra.

Além disso, busco romper o estigma que alguns objetos de pesquisa são alvo, seja por distarem da maioria ou por não atuarem na imediaticidade. Visto que fundamentalmente compõe a totalidade de conhecimentos necessários para pensar a realidade. Inclusive, pelo mérito de lançar às contribuições marxianas a luz do seu próprio método.

Diante o exposto, a relevância científica desta pesquisa para o campo de produção do conhecimento do Serviço Social situa-se no Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social, que compõe a base das diretrizes curriculares do curso de 1996, isto é, no currículo de formação profissional do assistente social,

² Termo popularizado por Paul Crutzen, em 2002, para referir-se ao estabelecimento da era geológica atual, onde as atividades humanas geram impactos destrutivos na terra e na atmosfera.

segundo a ABEPSS (1996, p.6), há a "Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade"³.

Dessa forma, se insere, também, no que elucida a Lei nº 8.662 de 1993, que regulamenta a profissão de assistente social no Brasil, quando em seu Art. 4, prevê a competência profissional de "planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais" (BRASIL, 2012).

Essa pesquisa, portanto, visa contribuir para fortalecer o Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social responsável por "explicar o processo de conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas" (ABEPSS,1996, p.10). Fundamentação que trouxe avanços para profissão principalmente no que se refere à apreensão dos fenômenos sob uma perspectiva de totalidade.

Sendo assim, o problema de pesquisa a ser enfrentado é *Qual a conexão entre a antropologia e o marxismo, especificamente no que tange às suas formulações no campo da ontologia do ser social?* E, para alcançar o objetivo geral de identificar essa conexão, faz-se necessário perpassar pelos seguintes objetivos específicos i) entender a Ontologia Marxiana; ii) identificar as teorias válidas atualmente na ciência antropológica sobre a origem e evolução humana; iii) Estabelecer conexão entre as duas áreas do saber.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Destaco que o método que direciona este trabalho se trata do histórico dialético de Karl Marx, acerca do qual, José Paulo Netto (2001) elaborou uma "Introdução ao Estudo do Método de Marx". Nessa obra, o autor apresenta alguns apontamentos acerca desse método de pesquisa que colaboram na compreensão e

³ Mais dois núcleos expressam a totalidade de conhecimentos da Formação Profissional, o Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (ABEPSS, 1996).

superação de equívocos. Dentre eles é importante destacar que as análises de Marx da dinâmica do capital foram verificadas a partir da prática social e histórica, isto é, a história comprovou, por exemplo, a impossibilidade do capitalismo existir sem crises econômicas. Além disso, Netto aponta que o método de Marx é produto de uma “longa elaboração teórico-científica, amadurecida no curso de sucessivas aproximações ao seu objeto” (NETTO, 2001, p.28).

Para a dialética marxista, portanto, o conhecimento da verdade exige compreensão da totalidade, ou seja, os fenômenos não se explicam por si só, mas revelam contradição, estão submersos em contexto e são modificados pelos movimentos históricos. Como aponta Minayo (2009, p.24), o método “[...] Junta a proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais”. Portanto, o método histórico dialético, representa a melhor alternativa para direcionar um estudo do ser social que se propõe investigar a gênese histórica.

Em relação as técnicas, essa pesquisa será desenvolvida exclusivamente a partir de fontes bibliográficas, “[...] com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]” (GIL, 2002, p. 44). Esse delineamento não foi por acaso, mas pela proposta de estabelecer conexão entre duas áreas do saber, buscando a coleta de acúmulos científicos. Também é importante ressaltar que envolverá estudos históricos, quase sempre presentes em dados bibliográficos. Desse modo, a fim de identificar as informações do material e selecionar os dados úteis para essa pesquisa, a leitura será a técnica de coleta, assim, “Para que a tomada de notas seja eficiente, deve ser sempre realizada levando em consideração o problema de pesquisa” (GIL, 2002, p.80).

Portanto, para chegar a cada objetivo será necessário fontes específicas. Para *entender a Ontologia Marxista*, a priori, vou utilizar as obras de Friedrich Engels – “Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem”, Karl Marx – “Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844” e Georg Lukács - “Para uma ontologia do ser social II”. Com estas obras buscarei explicitar as duas naturezas do

ser humano, visto que este constitui a natureza, entretanto, também agrega a si uma dimensão social.

Posteriormente, a fim de alcançar o segundo objetivo específico de *identificar as teorias válidas atualmente na ciência antropológica sobre a origem e evolução humana*, vou recorrer a obra de Yuval Noah Harari – “Sapiens: uma breve história da humanidade”. A escolha por essa bibliografia é pertinente, visto que o autor apresenta o conjunto de descobertas da ciência antropológica sobre a origem e evolução humana, sendo mundialmente reconhecido.

Por fim, com base no que foi apresentado, o intuito é cruzar tais dados e informações científicas que possam contribuir para o conhecimento do ser humano em sua globalidade, isto é, *estabelecer conexão entre as duas áreas do saber*.

2 ONTOLOGIA MARXIANA

A ontologia marxiana foi construída, pioneiramente, por Karl Marx e Friedrich Engels no processo de análise em que ambos compartilhavam acerca da sociedade capitalista que emergia diante seus olhos. Desse modo, o método histórico-dialético de Karl Marx emerge como meio de entender o ser histórico, como fundamento do conhecimento.

Para entender essa forma de observar os fenômenos, e justificar a escolha do método para o estudo proposto, primeiramente, será realizado um breve resgate histórico evidenciando as influências, o surgimento e emancipação da obra. O objetivo, portanto, é evidenciar a substancialidade da ontologia na teoria social marxiana e, então, prosseguir para o estudo do ser social, no segundo momento, através da abordagem do Trabalho, modelo de práxis humana, “o processo pelo qual, sem perder a sua base orgânico-natural, uma espécie da natureza constitui-se como espécie humana” (NETTO e BRAZ, 2012, p. 49-50).

2.1 O MÉTODO MARXISTA HISTÓRICO-DIALÉTICO

Marx partiu das construções elaboradas pela economia política clássica para analisar a sociedade burguesa. Mas, para ele, essa não apresentava o suficiente para explicar a essência da separação de classes. Isso não significa que tratava-se de uma farsa, mas a realidade era explicada em si mesma como algo natural. O que a crítica marxista irá expor é a necessidade da análise profunda sobre a realidade, que possa “[...] trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites [...]” (NETTO, 2001, p.18).

Netto e Braz (2016) realizam um importante resgate a despeito dos frutos herdados da Economia Política Clássica. Os clássicos Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823) são claros exemplos de pensadores que buscavam “compreender o conjunto das relações sociais que estava surgindo na crise do antigo regime” (NETTO; BRAZ, 2012, p.29). No entanto, apesar de pesquisarem a dinâmica social “a partir da produção dos bens materiais”, as teorias derivadas da

economia política clássica tomavam as principais categorias econômicas - o valor por exemplo - como "naturais", como afirmam os autores:

Eles as entendem como categorias e instituições naturais que, uma vez descobertas pela razão humana e instauradas na vida social, permanecem eternas e invariáveis na sua estrutura fundamental (NETTO; BRAZ, 2012, p.30).

Nesse bojo, em meados do século XIX, a Economia Política clássica entra em crise juntamente com os preceitos da burguesia revolucionária. É certo que os mesmos conduziram a sociedade a uma ordem social mais livre que a anterior, no entanto, isso deveu-se a "emancipação política". Isso porque, a igualdade econômica-social ainda não existia e se expressou na primeira crise econômica do capitalismo, em 1848 (NETTO; BRAZ, 2012).

No momento que a burguesia vai de classe revolucionária à classe conservadora a Economia Política Clássica começa a apresentar empecilhos a ordem que se estabelecia, visto que a análise a partir da produção poderia descortinar a exploração inscrita no modo de produção capitalista. Mas se por um lado, o novo projeto burguês abandonou parte do desenvolvimento científico clássico, o proletariado passa a apropriar-se desse legado. Assim,

De fato, o que resulta da dissolução da Economia Política clássica são duas linhas de desenvolvimento teórico mutuamente excludentes: a investigação conduzida pelos pensadores vinculados à ordem burguesa e a investigação realizada pelos intelectuais vinculados ao proletariado (com KARL MARX à frente) (NETTO; BRAZ, 2012, p.34).

Esta cisão no desenvolvimento científico se desdobra fortemente no capitalismo contemporâneo, onde instaura-se a mercantilização da educação e ramificação das áreas de conhecimento, em que àquelas ligadas a compreensão da dinâmica social ocupam espaço de menor importância. Bem como Netto e Braz (2012) descrevem, as preocupações históricas e sociais ficam a cargo de alguns estudos sociais, enquanto a economia e demais ciências burguesas se desenvolvem ansiando a lógica mercantil, gerar lucro. A "divisão intelectual do trabalho científico" (NETTO; BRAZ, 2012, p.34), portanto, atinge proporções concretas uma vez que o

investimento entre as áreas é desigual, reduzindo as pesquisas no âmbito da Teoria Social Crítica.

Além da relação com os economistas clássicos, as ascendências apanhadas por Marx tange a razão dialética de Hegel. Acerca disso, José Paulo Netto (1994), em seu texto “Razão, Ontologia e Práxis”, afirma que há em Hegel duas ontologias, a primeira corresponde a objetividade processual do ser e a segunda “centrada na unidade identitária entre racionalidade objetiva e racionalidade subjetiva”.

A objetividade processual é o movimento capaz de reproduzir conscientemente o objeto analisado, essa ontologia é capturada por Marx que acrescenta uma especificidade a ela, o Ser Objetivo como ponto de partida, inscrito no movimento dos processos históricos. Isto é,

Eis por que, enfim, a fundação radical e conseqüente da razão dialética exige uma elaboração que prosseguindo com a centralidade que lhe atribuíra o pensamento ilustrado em sua codificação crítica maior a hegeliana - estabeleça uma nova ontologia, capaz de explicitar a especificidade do ser social e apurar os procedimentos adequados para conhecê-lo, resguardando aqueles que se mostram válidos noutros domínios (do ser e do conhecimento)" (NETTO, 1994, p.8).

Portanto, conclui-se que além da Economia Política Clássica, Marx também foi influenciado pela Filosofia Clássica Alemã e pelo Socialismo Utópico. Contudo, em um longo movimento de busca pelas determinações constitutivas do seu objeto – a sociedade burguesa – as tradições culturais se perderam para dar espaço a um novo modo de pensar a sociedade.

Nesse sentido, a tradição marxista apresenta perigo a ordem estabelecida, porque possui vínculo com um projeto revolucionário. Acerca disso, Netto (2001) menciona as muitas polêmicas que atacam a teoria, principalmente no que se refere a concepção teórico-metodológica. A mesma foi elaborada no período de consolidação do modo de produção capitalista e, após passado mais de um século, continua se confirmando na realidade. Isso porque, apresenta um nova

forma de explicar a sociedade, cotejando que para seu estudo requer considerar o tempo histórico de elaboração e as modificações sofridas na realidade social.

Outra peculiaridade do método de Marx, pontuada por Netto (2001), é a verificação dos conteúdos a partir dos processos históricos reais, o que significa que a apropriação de afirmativas marxistas sem corroboração dos avanços científicos atuais nega o próprio método. Sendo assim, os avanços constituem a totalidade, que é central para romper com a autonomia da realidade social presente em análises positivistas.

Cabe ressaltar então, que a proposta deste estudo não é cair em ecletismo, ou no chamado "pluralismo metodológico" (TONET, 2018), que na busca de suspender o dogmatismo, utiliza métodos diversos e articula perspectivas diferentes. Isso, o objetivo é analisar as descobertas científicas a luz da teoria de Marx, ou seja, a partir do método marxista. Portanto,

Este método, de caráter ontológico, é, por sua natureza, radicalmente crítico e anti-dogmático, o que significa que, com ele, o cientista se torna mais e não menos livre, pois sua liberdade não está fundada no terreno movediço da subjetividade - incapaz de superar o relativismo - mas numa angulação produzida pela objetividade, o que lhe permite melhores condições de visibilidade (TONET, 2018, p. 14).

Também nega o ecletismo teórico do Serviço Social, tendência apontada por Netto (1992), que trata-se do reflexo da ação operacionalizada dos assistentes sociais sob as expressões da "questão social", incidindo na captura de teorias fragmentadas para explicar a realidade. Para o autor, superar o ecletismo teórico "implica a interdição de qualquer pretensão do Serviço Social de posicionar-se como um sistema original de saber, como portador de uma teoria particular referenciada à sua intervenção prático-profissional" (NETTO, 1992, p.147).

O conhecimento aqui desenvolvido representa, por conseguinte, a interlocução entre as formulações marxistas acerca do ser social e as descobertas advindas da antropologia. Afinal de contas, as categorias trabalhadas por Marx perpassam diversas áreas do saber, o que demanda a apropriação das produções científicas pertinentes. O grande desafio, destarte, é desenvolver esta proposta sob

coerência teórica, de forma que a apropriação seja submetida ao exame crítico e as categorias de contradição, mediação e totalidade sejam preservadas. Dessa forma, não se trata de incorporações fragmentadas de teorias capazes de sustentar a ideia proposta, mas de uma sistematização coerente que possibilita a aproximação com o objeto.

Nesse sentido a escolha do método histórico-dialético está vinculada a intenção de enfrentamento da decadência ideológica expressa na especialização das ciências sociais (LARA, 2013). Esse fenômeno é reflexo da necessidade burguesa em desenvolver conhecimento científico que vá de encontro a ordem estabelecida e encubra qualquer pretensão de conceber o passado em sentido ontológico. Sendo assim,

No momento de solidificação do poder burguês, não era mais interessante manter o caráter transformador da ideologia burguesa. A partir do período que foi assegurado hegemonicamente às conquistas da burguesia, o que interessava era formular respostas justificadoras os problemas decorrentes do desenvolvimento capitalista e ocultar os conflitos de classes procedentes da relação antagônica entre capital e trabalho (LARA, 2013, p. 94).

Nesse bojo, especializam-se as ciências sociais, sendo que a maioria das áreas abstraem-se da perspectiva de transformação social e passam a ignorar o desenvolvimento sócio-histórico, fundamental para apreensão do objeto em sua totalidade. Ou seja, a ascensão da burguesia agregou caráter anti-ontológico a Teoria Social. A captura do movimento histórico objetivo, como realizada por Marx, é o grande legado para o enfrentamento da decadência ideológica, mas cabe aos pesquisadores entrar em interlocução com os avanços promovidos pela ciência (LARA, 2013).

Diante a isso, cabe esclarecer que a ciência constitui uma esfera de conhecimento exclusivamente humana, visto que somos os únicos seres dotados da natureza idealizadora de projetos. Isso quer dizer que, de acordo com Saviani (2013), o que diferencia os seres humanos dos demais animais é a segunda natureza criada a partir do trabalho. A peculiaridade dos indivíduos de antecipar mentalmente suas ações, logo, os fazem não agir apenas instintivamente, mas de acordo com finalidades. Desse modo, a natureza instintiva não deixa de existir com a

instauração do trabalho, por isso o autor defende que o ser humano possui duas naturezas, a biofísica e a idealizadora de seus projetos.

Tal capacidade de representação mental dos objetivos implica o saber produzido por homens e mulheres ao longo da história, sendo que o autor aponta três tipos de conhecimento: Doxa, o saber próprio, fruto de uma opinião; Sofia, a sabedoria acumulada por experiência; e Episteme, que é a ciência, o saber metódico e sistematizado com base em análises, explicações e justificação. Não é que o último consiga romper com todos os tipos de falseamento da realidade, mas a ciência apresenta a possibilidade de verificação na realidade, o que desvincula esse conhecimento de doutrinas e verdades irrefutáveis como impera na religião, por exemplo.

Os três tipos de conhecimento são fundamentais no processo de reprodução social, a ênfase na ciência no tópico que se refere a Ontologia do Ser social em Marx, é destacar os avanços que o Materialismo Histórico-Dialético trouxe para a Teoria Social e manifestar a imbricação deste estudo nele. Não é por acaso que “a leitura de Lukács da obra de Marx centra-se na perspectiva que entende a teoria social marxiana como uma ontologia do ser social” (LARA, 2013, p.92).

Quero concluir o enfoque através da reflexão sobre o papel que esta esfera precisa desempenhar na dívida acumulada com o planeta desde a criação da máquina a vapor, marco da era que mais modificou a natureza em menor tempo. Não porque o conhecimento científico é exclusivamente humano que não deva ser utilizado em prol de toda forma de vida, e isso envolve a escolha do modelo de produção que vamos manter. Logo, se a teoria social marxiana concebe que a ciência deve ser mediada pela complexificação social, é imprescindível discutir a ontologia do Ser Social.

Para isso, abordarei a seguir o salto ontológico do ser social, “central para compreensão do próprio fenômeno humano-social” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 29), considerando o trabalho como modelo da práxis.

2.2 TRABALHO: CATEGORIA FUNDANTE

Para iniciar lançarei mão a uma conhecida passagem de Marx diferenciando a abelha do pior arquiteto:

Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo na cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste já existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente (MARX, 1985, p.149).

Há quem afirme a capacidade teleológica dos seres orgânicos (plantas e animais) ao observar a maestria que reproduzem suas formas de sobrevivência, mas, essa excelência, é adquirida através da repetição. A abelha, instintivamente, produz e reproduz a mesma ação da mesma forma durante toda sua vida. Já o ser humano é capaz de modificar os meios e os objetos que utiliza para alcançar a objetivação daquilo que imaginou.

A capacidade de exteriorizar o objeto previamente imaginado envolve uma categoria ontológica central, que possui elementos constitutivos que prevalecem em qualquer forma social, o Trabalho. É imprescindível, nesse ponto, recorrer a Gyorgy Lukács, em sua obra Para Uma Ontologia do Ser Social II, em que apresenta suas formulações em torno da reprodução do ser social, aprofundando o processo indicado por Engels (1874) e Marx (1844). Para o filósofo, a consciência é um “produto tardio do desenvolvimento do ser material” (LUKÁCS, 1968). Esse enunciado retoma as três formas de ser existentes: a inorgânica, que corresponde ao mundo dos minerais, onde não há reprodução; a orgânica, que abrange todos os animais; e a social, onde estão apenas os seres humanos.

Não há superioridade entre as três formas de ser, são, sim, diferentes, em nível de complexidade. Por hora, é fundamental nos atentarmos para as diferenciações formuladas entre os seres orgânicos e seres sociais, a começar pela organização estática apresentada entre os animais, discrepante do contínuo desenvolvimento das organizações sociais, como expõe o autor:

Apontaremos aqui apenas um momento, ou seja, o fato de que as assim chamadas sociedades animais (e também, de modo geral, a “divisão do trabalho” no reino animal) são diferenciações fixadas biologicamente, como se pode ver com toda a clareza no “Estado das abelhas”. Isso mostra que,

qualquer que seja a origem dessa organização, ela não tem em si e por si nenhuma possibilidade imanente de desenvolvimento; nada mais é do que um modo particular de uma espécie animal adaptar-se ao próprio ambiente. E tanto menores são essas possibilidades quanto mais perfeito é o funcionamento de tal “divisão do trabalho”, quanto mais sólida sua ancoragem biológica. Ao contrário, a divisão gerada pelo trabalho na sociedade humana cria, como veremos, suas próprias condições de reprodução, no interior da qual a simples reprodução de cada existente é só um caso-limite diante da reprodução ampliada que, ao contrário, é típica. Isso não exclui, naturalmente, a aparição de becos sem saída no desenvolvimento; suas causas, porém, sempre serão determinadas pela estrutura da respectiva sociedade e não pela constituição biológica dos seus membros (LUKÁCS, 2013, p.36).

Mesmo que uma espécie apresente mudanças na forma como se reproduz, nada tem a ver com os membros em si, trata-se de uma resposta biológica à adaptação. Os seres humanos, por sua vez, cria condições próprias de reprodução através do processo de trabalho, que nasce daquilo que Lukács (1986) chama de “pôr teleológico”, ação direta do ser humano na natureza em busca da satisfação de suas necessidades biológicas. O pôr teleológico é a exteriorização vital da teleologia, a objetivação do objeto previamente idealizado, a caça na forma primitiva humana ilustra esse movimento. Na medida em que vai descobrindo meios que trazem eficácia para objetivar a prévia ideação, o ser social coloca novos objetos no mundo, que pode inclusive ser apropriado pelos demais. O osso de um animal em decomposição, por exemplo, torna-se instrumento para o abate de animais muito mais fortes fisicamente. As forças casuais da natureza não atuam mais sozinhas, porque instaura-se o campo de forças determinativas através da teleologia, de forma causal.

A descrição do trabalho, tal como a apresentamos até aqui, embora ainda bastante incompleta, já indica que com ele surge na ontologia do ser social uma categoria qualitativamente nova com relação às precedentes formas do ser, tanto inorgânico como orgânico. Essa novidade consiste na realização do pôr teleológico como resultado adequado, ideado e desejado. Na natureza existem apenas realidades e uma ininterrupta transformação de suas respectivas formas concretas, um contínuo ser-outra. De modo que é precisamente a teoria marxiana, segundo a qual o trabalho é a única forma existente de um ente teleologicamente produzido, que funda, pela primeira vez, a peculiaridade do ser social (LUKÁCS, 2013, p.47).

Para adentrar no complexo indicado acima, utilizarei o texto de Engels, escrito em 1876, "Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem". Baseado na Teoria da Evolução de Charles Darwin, Engels afirma que os

nossos antepassados são os macacos denominados antropomorfos que viviam congregados e que, através do salto ontológico, darão origem ao ser humano, fundado pelo trabalho.

Netto e Braz (2012) confirmam a teoria sustentada por Engels acerca da origem da espécie humana, derivada de mamíferos primatas através de um "salto qualitativo". O que sabe-se é que dentre milhares de anos, os primatas desenvolveram formas de atividades inéditas na natureza que culminou no trabalho

Trata-se do processo no qual, mediante o trabalho, os homens produziram-se a si mesmos (isto, é, se auto produziram como resultado de sua própria atividade) tornando-se - para além de seres naturais - seres sociais. [...] Assim, a história aparece como a história do desenvolvimento do ser social, como processo de humanização, como processo da produção da humanidade através da sua autoatividade; o desenvolvimento histórico é o desenvolvimento do ser social (NETTO; BRAZ, 2012, p. 49-50).

Ao explicitar o processo de desenvolvimento desse salto ontológico um conjunto de elementos são apresentados por Engels. Um deles trata de que em função do desempenho diferente exercido entre mãos e pés, essa raça de macacos conseguiu desempenhar a postura ereta. As mãos eram principalmente utilizadas no deslocamento entre árvores e para manipular alimentos. Entretanto, como o autor aponta, há discrepância nas operações alcançáveis pela mão primata e pela mão humana desenvolvida com o trabalho, pois, embora disponham do mesmo número de ossos e músculo, é “unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial” (ENGELS, 1876, p. 7-8) que se constituíra o ser social. Isto é,

Vemos, pois, que a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida, como por artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini (ENGELS, 1876, p.7-8).

Assim, o autor utiliza a lei de correlação do crescimento de Darwin para afirmar que o desenvolvimento da mão implicava o desenvolvimento dos demais membros corporais. Essa lei afirma que algumas mudanças no organismo são

provocadas por outras já ocorridas em regiões por vezes diferentes, “sem que estejamos em condições de explicar tal conexão” (ENGELS, 1876, p.9).

Outro fator contribuinte aludido para o salto ontológico foi a “exploração rapace”, ou seja, a destruição causada nas reservas alimentícias pelos animais. Uma vez que só preservam – os animais – estas reservas através de seus excrementos, a natureza é dizimada, e só resta a adaptarem-se a novos alimentos. Nas palavras do autor “a alimentação, cada vez mais variada, oferecia ao organismo novas e novas substâncias, com o que foram criadas as condições químicas para transformação desses macacos em seres humanos” (ENGELS, 1876, p.15). Assim,

A caça e a pesca pressupõe a passagem da alimentação exclusivamente vegetal a alimentação mista, o que significa um novo passo de sua importância na transformação do macaco em homem. A alimentação com carne ofereceu ao organismo, em forma quase acabada, os ingredientes mais essenciais para o seu metabolismo. Desse modo, abreviou o processo da digestão e outros processos da vida vegetativa do organismo (isto é, os processos análogos ao da vida dos vegetais), poupando assim, tempo, materiais e estímulos para que pudesse manifestar-se ativamente a vida propriamente animal (ENGELS, 1876, p.15).

Para Engels, o trabalho foi fundamental no processo evolutivo, pois ampliou os horizontes da humanidade e as atividades conjuntas, levando a necessidade da troca de informações entre os indivíduos. Essa necessidade foi responsável pelo desenvolvimento da laringe, “modulações mais perfeitas, enquanto os órgãos da boca aprendiam pouco a pouco a pronunciar um som articulado após outro” (ENGELS, 1876, p.10). Com o trabalho a palavra articulada foi o estímulo cardinal transformador do cérebro do macaco em cérebro humano, como afirma:

O desenvolvimento do cérebro e dos sentidos a seu serviço, a crescente clareza de consciência, a capacidade de abstração e de discernimento cada vez maiores, reagiram por sua vez sobre o trabalho e a palavra, estimulando mais e mais o seu desenvolvimento (ENGELS, 1876, p.12-13).

A medida que o ser humano transformava a natureza para suprir suas necessidades básicas – fome, frio, sede, etc. – aumentava suas habilidades e evoluía a si mesmo. Essa evolução culminou na separação definitiva dos primatas e segue em desenvolvimento até a contemporaneidade. Engels aponta o novo

elemento que orienta esse processo com a transformação do macaco em homem: a sociedade.

O papel do trabalho permanece intacto ao distinguir o grupo simiesco da sociedade humana, pois, segundo o autor, “a manada de macacos contentava-se em devorar os alimentos de uma área que as condições geográficas ou a resistência das manadas vizinhas determinavam” (ENGELS, 1876, p.13). Inclusive, nessa limitação encontra-se a justificativa que impossibilitou o crescimento dessa população. Mas o trabalho aparece com a elaboração dos instrumentos de caça e pesca, e se antes a alimentação estava restrita a vegetais, agora é composta por carne.

Corroborando com tais afirmativas, Netto e Braz (2012) discorrem sobre o tema apontando que a transformação da natureza pelos seres humanos envolve mediações, como os instrumentos de trabalho, por exemplo, desenvolvidos com base naquilo que se pretende alcançar. Estas mediações se estabelecem no mundo depois de utilizadas para finalidade que foram criadas, podendo inclusive servir em outras ocasiões. Mas, na finalidade encontra-se a especificidade do trabalho, a origem na prefiguração.

O trabalho implica, pois, um movimento indissociável em dois planos: num plano subjetivo (pois a prefiguração se processa no âmbito do sujeito) e num plano objetivo (que resulta na transformação material da natureza); assim, a realização do trabalho constitui uma objetivação do sujeito que o efetua (NETTO; BRAZ, 2012, p. 44).

Contudo, a prévia ideação corresponde apenas – não menos importante – a origem para efetivação do trabalho, requisitando outras mediações como o conhecimento da natureza (NETTO; BRAZ, 2001). Assim como os instrumentos de trabalho, tais conhecimentos também podem ser socializados, “por isso, o trabalho requer e propicia a constituição de um tipo de linguagem (linguagem articulada) que, além de apreendida, é condição para o aprendizado” (NETTO; BRAZ, 2012, p.45).

Engels (1876, p.10) afirmou que “o desenvolvimento do trabalho contribuiu para agrupar ainda mais os membros da sociedade”, muito pela relação

de cooperação, onde a linguagem se fez necessária, o que permitiu concluir que ele é condição para existência do ser social.

Outro fator apontado pelo autor, é a mudança na alimentação. Segundo ele, a alimentação carnívora propiciou força física, independência e desenvolvimento cerebral, “que recebeu assim em quantidade muito maior do que antes as substâncias necessárias à sua alimentação e desenvolvimento” (ENGELS, 1876, p.16). Assim, o domínio do fogo auxiliou no processo digestivo e a domesticação animal possibilitou o consumo de leite e derivados. Tais processos, segundo o autor, representaram novos meios de emancipação e implicaram em novas necessidades, como as roupas, na “passagem do clima uniformemente cálido da pátria original para zonas mais frias” (ENGELS, 1876, p.17), e, conseqüentemente, em novas esferas de trabalho, sendo assim, entende-se que o desenvolvimento do trabalho amplia a subjetividade dos sujeitos.

Para confirmar esta prerrogativa, Netto e Braz (2012, p.52) afirmam que "Quanto mais se desenvolve o ser social, tanto mais diversificadas são as suas objetivações". Conclui-se, assim, que os seres humanos não abstraem-se de sua condição orgânica, mas os parâmetros sociais intermediam os processos de busca pela satisfação das suas carências. Além disso, surgem outras formas de objetivação, que compõe o conjunto da *práxis humana*, dando origem a constituição de necessidades, que serão discutidas com a construção teórica do filósofo Georg Lukács e os Manuscritos Econômicos e Filosóficos de Karl Marx, além dos autores até aqui abordados.

Engels caracterizou o desenvolvimento do trabalho como novos meios de emancipação, e instigou-me a procurar o significado literal da palavra, que corresponde a libertação, alforria. Esse entendimento parte da superação de alguns limites naturais para produção e reprodução da vida, ou seja, se antes o ser humano estava refém biologicamente a dada condição climática – seja pelo frio ou calor excessivo – posteriormente, criou recursos para sobreviver em outros locais através da habitação. Portanto, novas necessidades (mover-se) também implicaram em

novas esferas de trabalho (construções de moradias). Como mencionado anteriormente, as objetivações humanas vão se complexificando, isto é,

O avanço do processo de humanização pode ser compreendido, pois, como a diferenciação e a complexificação das objetivações do ser social. O trabalho aparece como a objetivação primária e ineliminável do ser social, a partir da qual surgem, através de mediações cada vez mais complexas, as necessidades e as possibilidades de novas objetivações. O trabalho, porém, permanece como a objetivação primária do ser social num sentido amplo: as outras formas de objetivação, que se estruturam no processo de humanização, supõe os traços fundamentais que estão vinculados ao trabalho (vamos repeti-los: a atividade teleologicamente orientada, a tendência à universalização e a linguagem articulada) e só podem existir na medida em que os supõe; somente com eles tornam-se possíveis o pensamento religioso, a ciência a filosofia e a arte (NETTO; BRAZ, 2012, p. 52-53).

Sendo assim, observa-se que a complexificação das mediações tomam frente às produções manuais, e já na comunidade primitiva experimenta-se a obrigação de “mãos alheias a realizar trabalho projetado” (ENGELS, 1876, p.18) por uma cabeça que planejou. Isso porque, o desenvolvimento dos meios passa a incidir nas objetividades sociais, então a coleta permeada pela imediaticidade consegue envolver as primeiras manifestações de planejamento. Quando o ser social, ao invés de subir em uma árvore alta para apanhar um fruto, utiliza um pedaço de madeira, ou até o mesmo osso com o qual abateu uma presa, está utilizando a consciência para alcançar a objetividade natural, isto é, a consciência está sobrepondo a simples adaptação ao ambiente.

Para Lukács, a natureza materialista da consciência são os processos físico-químicos, nos seres orgânicos, ela possui funções laterais, como no exercício de percepção, por exemplo. Nas palavras do autor, ela é "epifenomênica", ou seja, produto do desenvolvimento biológico, tal como a objetividade. O papel que a consciência, com o trabalho, exerce no ser social é determinante porque é central. O autor afirma que ao orientar a transformação da natureza, a consciência provoca um fenômeno decisivo para o desenvolvimento dos seres humanos, o espelhamento da realidade, ou seja, “uma dissociação entre o homem e seu ambiente, um distanciamento que se manifesta claramente na confrontação entre sujeito e objeto”

(LUKÁCS, 2013, p.49). Como resultado, tem-se a abertura de novas possibilidades de objetivações do ser social

Quando o homem primitivo escolhe, de um conjunto de pedras, uma que lhe parece mais apropriada aos seus fins e deixa outras de lado, é óbvio que se trata de uma escolha, de uma alternativa. E no exato sentido de que a pedra, enquanto objeto em si existente da natureza inorgânica, não estava, de modo nenhum, formada de antemão a tornar-se instrumento desse pôr. [...] A pedra escolhida como instrumento é um ato de consciência que não possui mais caráter biológico. Mediante a observação e a experiência, isto é, mediante o espelhamento e a sua elaboração na consciência, devem ser reconhecidas certas propriedades da pedra que a tornam adequada ou inadequada para a atividade pretendida (LUKÁCS, 2013, p. 53).

O momento de escolha entre duas pedras demonstra a capacidade de decisão, a mediação da atividade humana pela consciência, as causalidades naturais conduzidas pelo pôr do fim. A esse respeito, o autor atribui ao desenvolvimento cognitivo

Os caminhos começam a divergir quando entre necessidade e satisfação se insere o trabalho, o pôr teleológico. E nesse mesmo fato, que implica o primeiro impulso para o trabalho, se evidencia a sua constituição marcadamente cognitiva, uma vez que é indubitavelmente uma vitória do comportamento consciente sobre a mera espontaneidade do instinto biológico quando entre a necessidade e a satisfação imediata seja introduzido o trabalho como mediação (LUKÁCS, 2013, p.59).

É importante que fique claro como "[...] os atos do trabalho apontam necessário e ininterruptamente para além de si mesmos [...]" (LUKÁCS, 1968). As forças causais da natureza são redirecionadas, instrumentos de trabalho são criados e ressignificados através da atividade mediada pela consciência e pelas relações sociais. Além disso, o ser humano modifica a si mesmo através da teleologia, o controle de seus membros e sua subjetividade são persuadidos, suas emoções dominadas, por isso, já nos estágios iniciais do trabalho constituem-se costumes e tradições.

Também sob esse aspecto o trabalho se revela como o veículo para a autocriação do homem enquanto homem. Como ser biológico, ele é um produto do desenvolvimento natural. Com a sua autorrealização, que também implica, obviamente, nele mesmo um afastamento das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, ele ingressa num novo ser, autofundado: o ser social (LUKÁCS, 2013, p.62).

A cerca disso, Karl Marx, na obra “Manuscritos Econômicos-Filosóficos”, discorre que a respeito da diferenciação entre seres humanos e outros animais, faz-se necessário caracterizar uma nova dimensão que surgiu no processo de humanização, as necessidades que correspondem ao ser genérico. Para o autor, a atividade vital consciente e livre faz o ser humano genérico, assim, o trabalho sana as necessidades criadas com o domínio da natureza.

O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem que ficar num processo contínuo para não morrer/ Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 2004, p.84).

Desse modo, a dimensão de sobrevivência permanece, mas as carências físicas já não eram mais o único motivo pelo qual os seres humanos transformam a natureza, sendo a ampliação da práxis o elemento central para entender esse movimento, o da criação de necessidades. Esse processo gera sistemas de mediações, ou seja, cada vez mais a natureza biológica é direcionada e regulada por determinações sociais. Quanto mais isso acontece, maior a humanização e a ampliação da subjetividade. A alimentação, por exemplo, oriunda da carência biológica e da prioridade ontológica da Fome, torna-se um processo social. Isso porque muitos complexos que envolvem a relação ser humano e alimento são modificados: O paladar humano, as formas de preparo do alimento, as necessidades orgânicas do organismo, as diversidades dos produtos. Portanto, as necessidades também se modificam para além das escolhas, passa ser real a vontade de consumir determinado alimento, seja ela objetiva ou subjetiva.

Ou seja, na relação de prioridade ontológica são acrescentados sistemas de mediações que constituem a cultura de povos, quando nascem tradições culinárias, por exemplo. Embora oriundos das exigências imediatas do trabalho, tais sistemas de mediações compõem o conjunto da práxis humana, que corresponde a todo tipo de objetivação do ser social e seus desdobramentos, que estão sempre, intimamente ligados a forma como a sociedade produz a riqueza social. Como bem argumenta

Marx (2004, p.84)⁴, "No modo (Art) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma espécie, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem".

De acordo com os autores, conclui-se que o ser social não se reduz ao trabalho, pois, mesmo tratando-se da objetivação fundante, emerge em outras esferas, sejam elas materiais ou ideais. Todas elas abarcam as características constitutivas do trabalho, a teleologia, tendência à universalização e linguagem articulada (NETTO; BRAZ, 2012). No entanto, a apropriação dos frutos da práxis depende do modelo de produção em vigor, podendo "ao invés de se revelarem aos homens como expressão de suas forças vitais, impor-se a eles como exteriores e transcendentess" (NETTO; BRAZ, 2012, p.56).

Não é difícil perceber como através do trabalho os seres humanos se tornaram sociais, se autoproduziram e romperam com o caráter estritamente biológico. O desenvolvimento das mediações entre sujeito e objeto propiciaram a coletividade, que a partir de então vai assumir diferentes configurações com base no modelo de produção. Por isso, na base de qualquer vida social está a natureza que será transformada para atender as necessidades materiais humanas, e a forma como isso acontece caracteriza o tipo de sociedade.

⁴ Marx (2004) caracteriza o processo que ocorre ao contrário da atividade consciente livre, no Trabalho Alienado. Uma vez que não se reconhece no produto do seu trabalho, o ser humano perde seu caráter genérico, pois o trabalho se reduz a meio de sobrevivência. Este fenômeno é observado no modo de produção capitalista, onde instaura-se a propriedade privada e a exploração de sujeitos por sujeitos.

3 DESCOBERTAS ANTROPOLÓGICAS

Pontuar em que medida a ciência atual colabora é uma estratégia que pode auxiliar na consolidação da teoria e, como já mencionado, caracteriza o próprio método marxista histórico-dialético, uma vez que esse parte da realidade e busca compreendê-la considerando sua totalidade.

Nesse sentido, este capítulo lança mão a uma ciência cujo objeto é a totalidade humana, a Antropologia. Embora tratar-se de uma ciência autônoma, a Antropologia busca relacionar-se com outras áreas do conhecimento para troca de informações e aplicação variada de métodos, principalmente pela amplitude do seu objetivo, “isto é, o homem como ser biológico pensante, produtor de culturas e participante da sociedade, tentando chegar, assim, à compreensão da existência humana” (MARCONI; PRESOTTO, 2006, p.3).

Visto que o segundo objetivo específico desta pesquisa é identificar as teorias válidas atualmente na ciência antropológica sobre a origem e evolução humana, o estudo está imbricado em um dos grandes grupos de especialização:

A Antropologia Física ou Biológica estuda a natureza física do homem, procurando conhecer suas origens e evolução, sua estrutura anatômica, seus processos fisiológicos e as diferentes características raciais das populações humanas, antigas e modernas (MARCONI; PRESOTTO, 2006, p.4).

Acerca dessa especificidade, me ative a incursão na obra de Yuval Noah Harari – “Sapiens: uma breve história da humanidade” (2018), buscando identificar como o autor caracteriza as mesmas transformações responsáveis pelo desenvolvimento da humanidade apontadas por Engels (1876), Marx (2004), Luckács (1968) e Netto e Braz (2012). A proposta desse capítulo, portanto, é apresentar alguns dos principais elementos que constituem a obra de Harari (2018) para que, posteriormente, no bojo das conclusões, analisar de que forma se aproxima e/ou diverge da ontologia marxista, levando sempre em consideração o tempo histórico das respectivas promulgações.

3.1 A HISTÓRIA DO GÊNERO HOMO

Yuval Noah Harari (1976) nasceu em Israel, é doutor em história pela Universidade de Oxford, especializado em história mundial e professor da Universidade Hebraica de Jerusalém. Sua obra começa com a exposição de uma cronologia que indica o aparecimento dos principais elementos constitutivos do planeta Terra, tais como a matéria, energia, organismos, evolução do gênero *homo*, etc.

O primeiro impacto, ao ler a obra do autor, encontra-se na dificuldade de imaginar a transcorrência do tempo, uma vez que somos acostumados a tratar maximamente de séculos. Porém, a história da Terra comporta 13,5 bilhões de anos, um período impalpável para os seres humanos, que, mesmo tão recentes nesse conjunto, provocam tantas mudanças estruturais. Nas palavras do autor “há apenas 6 milhões de anos, uma mesma fêmea primata teve duas filhas. Uma delas se tornou a ancestral de todos os chimpanzés; e a outra é a nossa avó” (HARARI, 2018, p.18).

O autor pontua que o surgimento das primeiras características humanas, como amizade e competição, foram observadas na África Oriental há 2,5 milhões de anos atrás. No entanto, também era possível percebê-las em outros animais, o que leva Harari (2018) afirmar que estes humanos exerciam o mesmo impacto no ambiente que seus conterrâneos gorilas.

Entretanto, a evolução do gênero (agrupamento que reúne espécies que evoluíram de um mesmo ancestral) Homo (um tipo de família dentre outras que constituem o gênero) não culminou em uma única espécie (classificação que comporta animais que tendem a acasalar uns com os outros e geram descendentes férteis) como aquela que constituímos hoje: *homo sapiens*. Mas, existiram outros membros da família chamada grandes primatas (Mesmo patriarca ou matriarca original). Isto é,

Os humanos surgiram na África Oriental há cerca de 2,5 milhões de anos, a partir de um gênero anterior de primatas chamado Australopithecus, que significa “macaco do Sul”. Por volta de 2 milhões de anos atrás, alguns desses homens e mulheres arcaicos deixaram sua terra natal para se

aventurar e se assentar em vastas áreas da África do Norte, da Europa e da Ásia. Como a sobrevivência nas florestas nevadas do norte da Europa requeria características diferentes das necessárias à sobrevivência nas florestas úmidas da Indonésia, as populações humanas evoluíram em direções diferentes. O resultado foram várias espécies distintas, a cada uma das quais os cientistas atribuíram um nome latino pomposo (HARARI, 2018, p.19).

O que se pode observar, portanto, é que não há linearidade no processo de evolução descrito pelo autor, o que desconstrói a ideia de sucessão, pois há 100 mil anos atrás pelo menos seis espécies humanas dividiram a Terra e apresentavam algumas características comuns. A primeira delas, apontada pelo autor, é o tamanho do cérebro em relação aos outros mamíferos, “extraordinariamente grande”, o que demanda muito esforço corporal para carregá-lo e conseqüentemente mais comida. Assim ele postula que,

O fato é que um cérebro gigante é extremamente custoso para o corpo. Não é fácil de carregar, sobretudo quando envolvido por um crânio pesado. É ainda mais difícil de abastecer. No *Homo sapiens*, o cérebro equivale a 2 ou 3% do peso corporal, mas consome 25% da energia do corpo quando este está em repouso. Em comparação, o cérebro de outros primatas requer apenas 8% de energia em repouso (HARARI, 2018, p.22).

Para Harari (2018), essa expansão cerebral não representou muita vantagem aos humanos em meio à vida selvagem, exceto pela confecção de algumas ferramentas, e foi responsável pelo atrofiamento dos músculos, já que grande parte da energia passou ser metabolizada pelo órgão.

Outra peculiaridade humana destaca, é o andar ereto sobre duas pernas, que elevou o nível de visão da espécie e liberou os braços para exercer outras funções. Sendo assim, “de modo que a pressão evolutiva trouxe uma concentração cada vez maior de nervos e músculos bem ajustados nas palmas e nos dedos” (HARARI, 2018, p.23), o que explica o início da produção de ferramentas, há aproximadamente 2,5 milhões de anos atrás. Acerca disso, o autor observa:

Mas caminhar com a coluna ereta tem lá suas desvantagens. O esqueleto de nossos ancestrais primatas se desenvolveu durante milhões de anos para sustentar uma criatura que andava de quatro e tinha uma cabeça relativamente pequena. Adaptar-se a uma posição ereta foi um grande desafio, sobretudo quando a estrutura precisou sustentar um crânio extragrande. A humanidade pagou por sua visão elevada e suas mãos

habilidosas com dores nas costas e rigidez no pescoço (HARARI, 2018, p.23-24).

Um dado curioso sobre a evolução da postura é a consequência gerada no parto, pois enquanto o cérebro aumentava de tamanho, os quadris da espécie de estreitaram para manter o andar, levando muitas fêmeas a morte ao darem a luz. Aquelas que pariam mais cedo, com o feto menos desenvolvido tinham mais êxito, o que levou ao nascimento precoce dos humanos em relação aos outros animais. O autor aponta que bebês humanos demandam mais cuidado, do que outros mamíferos, levando a cooperação de outros membros da família na busca de alimentos para mãe, em consequência, “a evolução, assim, favoreceu aqueles capazes de formar fortes laços sociais” (HARARI, 2018, p. 24). Ou seja,

Esse fato contribuiu enormemente para as extraordinárias habilidades sociais da humanidade e, ao mesmo tempo, para seus peculiares problemas sociais. Mães solitárias dificilmente conseguiam obter comida suficiente para sua prole e para si mesmas tendo crianças necessitadas sob seus cuidados. Criar filhos requeria ajuda constante de outros membros da família e de vizinhos. É necessária uma tribo para criar um ser humano (HARARI, 2018, p.24).

Esse fator também é responsável pela predisposição humana em socializar-se, pois podem ser educados de maneira muito mais complexa por seus genitores, envolvendo não somente os costumes de caça, mas também influências culturais, ideológicas, etc. (HARARI, 201).

Apesar dos avanços até aqui descritos, estes não trouxeram supremacia à espécie, pois “viviam com medo constante de predadores, raramente caçavam animais grandes e subsistiam principalmente coletando plantas, pegando insetos, capturando animais pequenos e comendo a carniça deixada por outros carnívoros mais fortes” (HARARI, 2018, p. 25). O autor afirma que, somente com a ascensão do *Homo sapiens*, o gênero humano alcançou o topo da cadeia alimentar. O que se deu após um processo histórico que passou pela coleta dos restos deixados por outros animais (milhões de anos) e pela caça de presas maiores (há 400 mil anos).

Esse salto espetacular do meio para o topo teve enormes consequências. Outros animais no topo da pirâmide, como os leões e os tubarões, evoluíram para essa posição gradualmente, ao longo de milhões de anos. Isso permitiu que o ecossistema desenvolvesse formas de compensação e equilíbrio que impediam que leões e tubarões causassem destruição em

excesso. À medida que os leões se tornavam mais ferozes, a evolução fez as gazelas correrem mais rápido, as hienas cooperarem melhor, e os rinocerontes serem mais mal-humorados (HARARI, 2018, p.26).

Já a rápida ascensão do *Homo sapiens* (há 100 mil anos) tratou-se de uma mudança brusca que não deu tempo para o ecossistema se equilibrar. Os humanos “tendo sido até tão pouco tempo atrás os oprimidos da savana, somos tomados por medos e ansiedades quanto à nossa posição, o que nos torna duplamente cruéis e perigosos” (HARARI, 2018, p. 27).

O autor aponta o uso do fogo como fundamental para o salto na cadeia alimentar, que se iniciou esporadicamente há 800 mil anos e estabeleceu-se há 300 mil anos atrás no cotidiano do *Homo erectus* (Ásia Oriental) e *Homo neandertal* (Europa e Ásia Ocidental). Com uma pedra ou vareta, a chama era gerada, desse modo iluminava, espantava predadores e era utilizada em queimadas que, posteriormente, deixava animais e raízes para serem coletadas. Além disso, o fogo ampliou a diversidade de alimentos que antes só eram consumidos crus.

Desse modo, “cozinhar matava germes e parasitas que infestavam os alimentos” (HARARI, 2018, p.27), o que, segundo o autor, condicionou melhora na digestão iniciada na boca – diminuição dos dentes – até o encurtamento do intestino, economizando assim energia para ser metabolizada pelo cérebro. Acima de tudo o controle do fogo representou uma forma de domínio sobre as condições naturais de reprodução. Mas os seres humanos ainda eram pouco populosos e os sapiens viviam unicamente na África. Acerca disso, o autor destaca:

Não sabemos exatamente onde ou quando animais que podem ser classificados como *Homo sapiens* evoluíram pela primeira vez a partir de algum tipo anterior de humano, mas a maioria dos cientistas concorda que há 150 mil anos a África Oriental estava povoada por sapiens que se pareciam exatamente como nós. [...] Os cientistas também concordam que há cerca de 70 mil anos, sapiens da África Oriental se espalharam na península Arábica e de lá rapidamente tomaram o território da Eurásia. Quando o *Homo sapiens* chegou à Arábia, a maior parte da Eurásia já era ocupada por outros humanos. O que aconteceu com eles? (HARARI, 2018, p. 29-30).

Existem duas teorias que explicam a sobrevivência de uma única espécie humana, o *Homo sapiens*. A “teoria da miscigenação” onde as diferentes espécies

teriam acasalado umas com as outras gerando a população que conhecemos hoje, e, se certa, nenhuma etnia é pura, mas uma mistura de sapiens e neandertais, erectus e sapiens, etc. Além disso, podem haver entre as etnias diferenças genéticas, uma vez que seriam descendentes de espécies distintas.

De acordo com a teoria da miscigenação, quando o Homo sapiens se espalhou por terras neandertais, os sapiens procriaram com neandertais até que as duas populações se fundiram. Se isso for verdade, então os eurásianos de hoje não são sapiens puros. São uma mistura de sapiens e neandertais. De forma semelhante, quando chegaram à Ásia Oriental, os sapiens se misturaram com os locais Homo erectus, de forma que os chineses e coreanos são uma mistura de sapiens e Homo erectus (HARARI, 2018, p.31).

Já a “teoria da substituição”, sustenta um possível genocídio gerado pela diferença entre as espécies, ou seja, a *sapiens* predominou sem se misturar com as demais, porque morreram ou foram mortas. Isso, porque mesmo que houvesse cruzamento entre *sapiens* e *neandertais*, por exemplo, não poderiam gerar descendentes férteis, por serem de espécies diferentes (HARARI, 2018). Se a substituição estiver mesmo acontecido, “a origem de todas as linhagens humanas existentes pode ser atribuída exclusivamente à África Oriental de 70 mil anos atrás” (p.31) e todos os seres humanos hoje, possuem praticamente as mesmas características genéticas. Isso porque, segundo essa teoria,

Sapiens e neandertais tinham anatomias diferentes, e muito provavelmente hábitos de acasalamento e até mesmo odor corporal diferentes. Provavelmente tinham pouco interesse sexual uns pelos outros. Mesmo que um Romeu neandertal e uma Julieta sapiens se apaixonassem, não poderiam produzir descendentes férteis porque o abismo genético separando as duas populações já era intransponível. As duas populações teriam permanecido distintas, e quando os neandertais morreram, ou foram mortos, seus genes teriam morrido com eles (HARARI, 2018, p.31).

Acerca das duas teorias, o autor esclarece que, até 2010, a teoria da substituição era a mais aceita entre os cientistas, no entanto, em uma pesquisa que mapeou o genoma dos *neandertais* revelou-se que de 1% a 4% do DNA das pessoas no Oriente e na Europa são DNA *neandertal*. Essa descoberta mostrou que a teoria da miscigenação não estava totalmente equivocada, mas isso também não anula a teoria da substituição, pois a porcentagem de DNA é baixa. Isso seria possível, pois

Deve ter havido um ponto em que as duas populações já eram bem diferentes uma da outra, mas ainda capazes, em raras ocasiões, de ter relações sexuais e gerar descendentes férteis. Então houve mutação em mais um ou dois genes, e esse último fio que as conectava se perdeu para sempre [...]. Portanto, as populações não se fundiram - mas alguns genes sortudos de neandertais pegaram uma carona no *Homo Sapiens* (HARARI, 2018, p.33).

Estas raras ocasiões não explicam o desaparecimento das outras espécies, assim, o autor aponta a possibilidade do *Homo Sapiens* as ter levado à extinção. Primeiro porque eram melhores caçadores e coletores e/ou porque a luta pela sobrevivência/intolerância tenha acabado na “primeira e mais significativa campanha de limpeza étnica na história” (HARARI, 2018, p.34). É importante ressaltar que muitas espécies possuíam características mais vantajosas que os *sapiens*, principalmente no que se refere ao combate físico, os *neandertais*, por exemplo, eram mais robustos, fortes e adaptados ao frio. Portanto, a sobrevivência não está ligada a supremacia, mas o autor acredita na eficiência de uma característica avançada: a habilidade linguística.

A capacidade cognitiva dos *Sapiens* de 100 mil anos atrás eram limitadas e, como Harari esclarece, não há um consenso sobre o que causou a revolução que, 30 mil anos depois, levou a espécie a realizar ações inéditas, como atravessar o mar aberto. No entanto, a teoria mais aceita diz respeito às mutações genéticas acidentais que “mudaram as conexões internas do cérebro dos *sapiens*, possibilitando que pensassem de uma maneira sem precedentes e se comunicassem usando um tipo de linguagem totalmente novo” (HARARI, 2018, p.39). Isto é,

Poderíamos chamá-las de mutações da árvore do conhecimento. Por que ocorreram no DNA do *sapiens* e não no DNA dos *neandertais*? Até onde pudemos verificar, foi uma questão de puro acaso. Mas é mais importante entender as consequências das mutações da árvore do conhecimento do que suas causas. O que havia de tão especial na nova linguagem dos *sapiens* que nos permitiu conquistar o mundo? (HARARI, 2018, p. 39).

Acerca disso, cabe salientar que a linguagem dos *Sapiens* não foi a primeira manifestação de comunicação, tampouco a única que produz sons, mas possui uma gama de possibilidades fonéticas, sistematizações e códigos, possibilitando a troca de informações mais precisas entre os indivíduos no sentido

de repassar não só a presença de um predador, mas o horário, tamanho, etc. Isso garantiu a interação entre os membros além de somar conhecimento sobre determinado assunto (HARARI, 2018). Assim,

Um macaco-verde pode gritar para seus camaradas: “Cuidado! Um leão!”, mas um humano moderno pode dizer aos amigos que esta manhã, perto da curva do rio, ele viu um leão atrás de um rebanho de bisões. Pode então descrever a localização exata, incluindo os diferentes caminhos que levam à área em questão. Com essas informações, os membros do seu bando podem pensar juntos e discutir se devem se aproximar do rio, expulsar o leão e caçar os bisões (HARARI, 2018, p.41).

O autor esclarece que existe ainda uma outra teoria sobre a evolução da linguagem, centrada na sociabilidade da espécie que gerou necessidade de homens e mulheres trocarem informações sobre os próprios membros do grupo. A “fofoca” envolvia as relações de confiança, assim, “pequenos grupos puderam se expandir para bandos maiores, e os sapiens puderam desenvolver tipos de cooperação mais sólidos e mais sofisticados” (HARARI, 2018, p. 42).

De acordo com essa teoria, o Homo sapiens é antes de mais nada um animal social. A cooperação social é essencial para a sobrevivência e a reprodução. Não é suficiente que homens e mulheres conheçam o paradeiro de leões e bisões. É muito mais importante para eles saber quem em seu bando odeia quem, quem está dormindo com quem, quem é honesto e quem é trapaceiro (HARARI, 2018, p.41).

A predominância de uma teoria não elimina a outra, mas o desdobramento do que quer que tenha acontecido é inédito, pois, na natureza nenhum outro ser transmite informações sobre coisas que não existem. Ou seja, a capacidade inédita de imaginar coletivamente mitos, possibilita a cooperação de muitos indivíduos desconhecidos ao mesmo tempo. Acerca disso, o autor reflete:

Mas isso é tão importante? Afinal, a ficção pode ser perigosamente enganosa ou confusa. As pessoas que vão à floresta à procura de fadas e unicórnios parecem ter uma chance menor de sobrevivência do que as que vão à procura de cogumelos e cervos. E, se você passa horas rezando para espíritos guardiães inexistentes, não está perdendo um tempo precioso, tempo que seria mais bem utilizado procurando comida, guerreando e copulando? (HARARI, 2018, p.43).

De toda forma, o limite da expansão de um bando de macacos localiza-se na necessidade de conhecer todos os membros, eles geralmente “não passam de 50 indivíduos” (HARARI, 2018, p.45). Enquanto isso, segundo o autor, o salto social

percorrido pelos sapiens se deu, possivelmente, pelo surgimento da ficção, pois, “um grande número de estranhos pode cooperar de maneira eficaz se acreditar nos mesmos mitos” (HARARI, 2018, p.47). As mais sólidas instituições, portanto, teriam sido fundamentadas em criações que vão além da realidade material, mas elas exercem grande influência nas relações sociais e se modificam quando necessário, sendo o Estado uma representação disso. Todo esse processo, é nomeado pelo autor como “Revolução Cognitiva”.

Harari afirma que enquanto as outras espécies modificam seu comportamento social mediante mutações genéticas com influência do ambiente e particularidade individuais, “Os sapiens, desde a Revolução Cognitiva, têm sido capazes de mudar seu comportamento rapidamente, transmitindo novos comportamentos a gerações futuras sem necessidade de qualquer mudança genética ou ambiental” (HARARI, 2018, p.56). Isso gera implicações nos modos de produção, formas de conceber a vida e nas habilidades sociais como os exemplos citados pelo autor: caça e comércio. Isso é,

A imensa diversidade de realidades imaginadas que os sapiens inventaram e a diversidade resultante de padrões de comportamento são os principais componentes do que chamamos “culturas”. Desde que apareceram, as culturas nunca cessaram de se transformar e se desenvolver, e essas alterações irrefreáveis são o que denominamos “história”. A Revolução Cognitiva é, portanto, o ponto em que a história declarou independência da biologia (HARARI, 2018, p. 60).

Após caracterizar os principais acontecimentos da Revolução Cognitiva, Harari defende que a partir dela a narrativa da humanidade assume o caráter histórico, uma vez que a biologia não é mais o limite do desenvolvimento do *Homo Sapiens*, embora estabeleça os parâmetros básicos. A biologia humana abre via para grandes possibilidades promulgadas com o aparecimento de culturas, que por sua vez demandam considerações específicas da história.

O modo como os sapiens vivem hoje é relativamente novo se considerados os milhões de anos em que viveram como caçadores e coletores. Existe um campo da psicologia evolutiva que concebe as características sociais e psicológicas dos homens e mulheres de hoje uma adaptação da era pré-agrícola, ou

seja, a forma como nosso subconsciente interage com o mundo é muito mais antiga que a sociedade moderna e adaptada à caça e coleta. Essa afirmativa explica algumas atuais tendências humanas, e o autor cita o exemplo da gula. Embora esteja à disposição uma dispensa cheia de alimentos, o DNA desenvolvido em períodos onde doces e calorias eram raros e disputados entre outros animais, motiva as pessoas a ingerirem o máximo que conseguem, de uma só vez. Ou seja,

Nas savanas e florestas que eles habitavam, alimentos doces e calóricos eram extremamente raros, e a comida em geral era escassa. Um caçador-coletor típico de 30 mil anos atrás só tinha acesso a um tipo de comida doce: frutas maduras. Se uma mulher da Idade da Pedra se deparasse com uma árvore repleta de figos, a coisa mais razoável a fazer era ingerir o máximo que pudesse imediatamente, antes que um bando de babuínos comesse tudo. Hoje, podemos morar em apartamentos com geladeiras abarrotadas, mas nosso DNA ainda pensa que estamos em uma savana. É isso o que nos motiva a comer um pote inteiro de sorvete quando encontramos um no freezer e fazê-lo descer com uma Coca-Cola grande (HARARI, 2018, p.65).

Outra afirmativa refere-se à organização dos bandos de caçadores-coletores. Alguns psicólogos afirmam que os sapiens “viviam em comunidades onde não havia propriedade privada, relações monogâmicas ou mesmo paternidade” (HARARI, 2018, p.65). Todos os adultos assumiam responsabilidade sobre as crianças e as mulheres podiam se relacionar com vários membros ao mesmo tempo. É possível observar essa organização entre chimpanzés e bonobos, com isso a teoria justifica as inúmeras infidelidades e divórcios que existem hoje, “resultam de forçar os humanos a viver em famílias nucleares e relações monogâmicas, que são incompatíveis com nosso programa biológico” (HARARI, 2018, p.66). Mas também existe a defesa do comportamento essencialmente humano de constituir famílias nucleares, segundo essa concepção, “homens e mulheres tendem a ser muito possessivos com relação a seus parceiros e filhos” (HARARI, 2018, p.67).

Estes são alguns indícios sobre o modo como viveram os sapiens após a Revolução Cognitiva. O autor aponta a dificuldade de conhecer as possibilidades disponíveis para os caçadores-coletores, sobretudo porque “as evidências arqueológicas consistem basicamente de ossos fossilizados e ferramentas de pedra” (HARARI, 2018, p.67). Desse modo, as observações antropológicas de sociedades

caçadoras-coletoras modernas, embora importantes, não são suficientes para chegar à amplitude das possibilidades que existiam, porque são “influenciadas por sociedade agrícolas e industriais adjacentes” (HARARI, 2018, p.69), sobrevivem em áreas diferentes e não possuem as mesmas características identitárias. Portanto, o autor salienta o cuidado ao analisar as sociedades caçadoras-coletoras com base nas modernas.

É seguro conceber que os seres humanos viviam sob constante mudança, influenciados pelas estações e demais ciclos da natureza. Eram poucos os objetos carregados, “é razoável presumir, portanto, que a maior parte de sua vida mental, religiosa e emotiva fosse concebida sem a ajuda de artefatos” (HARARI, 2018, p.69). Além disso, os grupos eram compostos por no máximo centenas de pessoas com a introdução da domesticação do primeiro animal, o cachorro, que era usado para caçar, guerrear e dar alarme (HARARI, 2018). Os membros do bando mantinham relações próximas por toda vida e por vezes competiam por recursos com bandos vizinhos. Mas não só de luta baseava-se a relação entre bandos, o autor aponta que também cooperavam na caça, partilhavam valores e trocavam itens, apesar de não haver indícios que alimentos compuseram essas trocas, indicando assim o limite comercial.

Harari fala sobre a relação do tamanho dos bandos, instabilidade territorial e as eventuais relações sociopolíticas. Embora algumas descobertas arqueológicas evidenciem a constituição de funerais especiais, demonstrando casos de hierarquia e utilização de códigos sociopolíticos, não há indícios de que havia cidades permanentes, mas “lugares de reunião sazonais” (HARARI, 2018, p.74). Os seres humanos viviam se deslocando dentro do território, em algumas ocasiões de ordem climática ou social expandiam a rota. Isso é,

Em alguns casos excepcionais, quando as fontes de alimento eram particularmente abundantes, os bandos se assentavam em acampamentos sazonais e até mesmo permanentes. Técnicas para secar, defumar e (nas regiões árticas) congelar alimentos também tornaram possível permanecer em um mesmo lugar por períodos mais longos. Mais importante ainda: em áreas próximas de rios e mares ricos em frutos do mar e aves aquáticas, os humanos fundaram aldeias permanentes de pescadores – os primeiros assentamentos permanentes na história, muito antes da Revolução Agrícola. As aldeias de pescadores podem ter aparecido no litoral das ilhas

indonésias já há 45 mil anos. Estas possivelmente foram a base a partir da qual o *Homo sapiens* iniciou seu primeiro empreendimento transoceânico: a invasão da Austrália (HARARI, 2018, p.75).

O autor concebe os antigos caçadores-coletores como o povo mais conhecedor e habilidoso da história, uma vez que saíam em busca das especificidades que determinavam sua sobrevivência. Possuíam o mapa mental do próprio território, conheciam sobre o crescimento das plantas, hábitos dos animais, sinais da natureza, fabricação de instrumentos. Cada indivíduo, através do aprendizado e prática, precisava dominar todas essas esferas, diferente da forma como nos organizamos atualmente.

Nesse sentido, embora o desenvolvimento do saber coletivo tenha tomado proporções muito maiores, individualmente, pouco sabemos sobre o mundo natural e boa parte das necessidades ficam a encargo de especializações ramificadas. Isso porque, segundo o autor, “Quando a agricultura e a indústria surgiram, as pessoas puderam contar cada vez mais com as habilidades de outros para sobreviver” (HARARI, 2018, p.77). O domínio dos próprios corpos também é ponto de destaque, a “destreza física” alcançada com o uso contínuo dos membros corporais é inimaginável aos humanos modernos, inclusive os adeptos à atividade física. Desse modo,

Hoje, a maioria das pessoas nas sociedades industriais não precisa saber muito para sobreviver. O que você realmente precisa saber sobre o mundo natural para sobreviver como engenheiro de sistemas, agente de seguros, professor de história ou operário? Você precisa saber muito sobre sua diminuta área de especialização, mas para a grande maioria das necessidades da vida você se apoia cegamente em outros especialistas, cujo conhecimento também é limitado a uma área de especialização minúscula (HARAI, 2018, p. 76-77).

Além disso, o tempo gasto à procura de alimentos e matéria-prima era provavelmente muito menor que o tempo desprovido do trabalhador de uma indústria moderna. Após ir atrás do sustento, os *sapiens* podiam exercer atividades livres e descansar.

Acerca da expectativa de vida dos *sapiens*, Harari aponta os riscos da natureza selvagem, mas lembra de que os caçadores-coletores não estavam

sujeitos aos “acidentes de automóvel ou poluição industrial” (HARARI, 2018, p.79). Quanto a alimentação, por milhares de anos animais pequenos e vegetais forneceram os nutrientes variados àqueles povos. Acerca disso, é importante destacar que embora a fama de caçador, a coleta era a principal fonte de calorias, sendo que “Evidências de esqueletos fossilizados indicam que os antigos caçadores-coletores tinham menos tendência a passar fome ou sofrer desnutrição e em geral eram mais altos e mais saudáveis do que seus descendentes camponeses” (HARARI, 2018, p.79).

Portanto, a expectativa de vida não estava relacionada à deficiência de vitaminas e sais minerais, pois a variedade alimentar era grande, nem por doenças infecciosas, pois estas se proliferaram, somente, após a Revolução Industrial. O que se tem, afirma o autor, é sobretudo, a grande incidência de morte infantil, entretanto, afirma que as crianças que sobreviviam aos primeiros anos tinham boas chances de chegar à velhice.

Embora todas essas características sinalizem uma sociedade ideal, Harari destaca a existência de períodos difíceis, de hostilidades sociais, que, inclusive, foram observadas nas práticas de caçadores-coletores modernos, os *achés*, que viveram no Paraguai até os anos 1960. O fato é que as descobertas antropológicas não podem ser generalizadas ao amplo espectro das formações grupais), pois são conhecimentos iniciais, nas palavras do autor, “Os achés não eram anjos nem demônios – eram humanos. Como também eram os antigos caçadores-coletores” (HARARI, 2018, p.83).

Portanto, postula o autor, que tratar da forma como os antigos caçadores-coletores entendiam o mundo e seus sentimentos é um desafio ainda mais incerto pelos escassos fatores objetivos que indiquem essas categorias. Os artefatos e pinturas rupestres são os únicos indícios e podem ser interpretados de diversas formas. No entanto, o autor aponta que a maioria dos acadêmicos presume a prevalência do animismo, crença que concebe a consciência e sentimentos em todos os fenômenos naturais. Os animistas acreditam que outros seres podem

estabelecer contato com os seres humanos, animais, pedras, espíritos dos mortos, entidades locais. Isto é,

Os animistas acreditam que não existe barreira entre os humanos e outros seres. Eles podem se comunicar diretamente por meio da fala, da música, da dança e de cerimônias. Um caçador pode se dirigir a um rebanho de cervos e pedir que um deles se sacrifique. Se a caçada tiver sucesso, o caçador pode pedir perdão ao animal morto. Quando alguém fica doente, um xamã pode contatar o espírito que causou a doença e tentar pacificá-lo ou afugentá-lo. Se necessário, o xamã pode pedir a ajuda de outros espíritos. O que caracteriza todos esses atos de comunicação é que as entidades sendo abordadas são seres locais. Não são deuses universais, e sim um cervo em particular, uma árvore em particular, um rio em particular, um espírito em particular (HARARI, 2018, p.84).

Esta não foi uma religião, mas uma concepção de mundo, sem hierarquia entre entidades e seres humanos. Portanto é provável que existiram diversas formas de expressar, vivenciar e enxergar o preceito animista, assim como muitas religiões derivam dos ensinamentos que o filho de Deus trouxe à Terra. Não é possível generalizar todas as práticas segundo o preceito, por isso Harari (2018, p.87) conclui que “essa é uma das maiores lacunas em nossa compreensão da história humana”.

Tal como a diversidade de religiões, evidências arqueológicas indicam que os níveis de violência eram diferentes entre grupos e períodos. Ao mesmo tempo em que populações modernas de caçadores-coletores testemunharam muitos conflitos armados, esta não é uma indicação precisa de que assim também ocorreu há 30 mil anos atrás. Um levantamento feito em Portugal, em 400 esqueletos de um período anterior a Revolução Agrícola, revelou que apenas dois deles possuíam marcas de violência (HARARI, 2018). Já outro no vale do Danúbio, 4,5% das mortes foram causadas pela violência humana, sendo que “Durante o século XX, apenas 5% das mortes humanas resultaram da violência humana – e isso em um século que viu as guerras mais sangrentas e os maiores genocídios da história” (HARARI, 2018, p.91). Não há, portanto, como certificar que uma fratura de lança ocorreu durante um conflito ou em ação acidental, além disso, não significa que a ausência delas conclua que o indivíduo não morreu violentamente. Uma tribo pode ter sido derrotada e condenada a morrer de fome, expulsa de terras férteis. Portanto, “enquanto algumas áreas e alguns períodos podem ter desfrutado de paz e

tranquilidade, outros possivelmente foram dilacerados por conflitos violentos” (HARARI, 2018, p.93).

Harari (2018) finaliza a descrição da Revolução Cognitiva abordando a intervenção dos sapiens sobre a natureza. Ao contrário do que se imagina, os 60 mil anos de história humana anterior a Revolução Agrícola reconfigurou completamente a ecologia da Terra, levando o autor a concluir que “os bandos errantes de sapiens contadores de histórias foram a força mais importante e mais destrutiva que o reino animal já produziu” (HARARI, 2018, p.94). Isso porque com o desenvolvimento de habilidades marítimas (há aproximadamente 45 mil anos atrás), o ser humano conseguiu sair do continente afro-asiático e ascender ao topo da cadeia alimentar na Austrália que possuía espécies de animais gigantes. Em consequência disso,

Em alguns milhares de anos, virtualmente todos esses gigantes desapareceram. Das 24 espécies animais australianas pesando 50 quilos ou mais, 23 foram extintas. Um grande número de espécies menores também desapareceu. Cadeias alimentares em todo o ecossistema australiano foram quebradas e reorganizadas. Foi a transformação mais importante do ecossistema australiano em milhões de anos. Foi tudo culpa do Homo sapiens? (HARARI, 2018, p.98).

No bojo dessa discussão, o autor esclarece que alguns cientistas atribuem às mudanças climáticas o motivo da extinção da biodiversidade australianas. No entanto, a Terra está em constante mudança, e a maioria dos animais desaparecidos já haviam passado por muitas delas. Além disso, “não há indícios de um desaparecimento significativo da fauna oceânica há 45 mil anos” (HARARI, 2018, p.99), o que coloca em xeque a teoria, visto que as mudanças climáticas afetam também as criaturas marinhas. E por fim, extinções em massa se repetiram onde o Homo sapiens colocava os pés, portanto, “o registro histórico faz o Homo sapiens parecer um assassino em série da ecologia” (HARARI, 2018, p.100).

Como já mencionado anteriormente, a ascensão do *sapiens* ao topo da cadeia alimentar não deu tempo para o ecossistema se equilibrar, então, embora os animais da Austrália fossem gigantes, não tiveram tempo para desenvolver o medo pelos seres humanos, de estatura aparentemente inofensiva. A procriação lenta daqueles animais, fazia com que poucos abates possuíssem consequências

ampliadas, pois o número de mortes superava o número de nascimentos. Esta corresponde a primeira explicação apontada por Harari sobre como, munidos de tecnologia da Idade da Pedra, os povoadores humanos causaram um verdadeiro desastre.

A segunda refere-se a destruição de florestas através de queimadas, que acabaram com muitas espécies de árvores não resistentes ao fogo. Muitos animais se alimentavam daquelas espécies e eram presas dos carnívoros maiores, portanto, toda cadeia alimentar foi impactada pela ação humana de criar áreas abertas, “que atraíam animais mais fáceis de se caçar e eram mais adequados às suas necessidades” (HARARI, 2018, p.102). Desse modo,

Um conjunto de evidências que corroboram essa visão é o registro fóssil de plantas. Árvores de eucalipto eram raras na Austrália há 45 mil anos. Mas a chegada do *Homo sapiens* inaugurou uma era de ouro para essa espécie. Como são especialmente resistentes ao fogo, os eucaliptos se espalharam por toda parte, enquanto outras árvores e arbustos desapareceram (HARARI, 2018, p.102).

A terceira explicação reúne as duas evidências já apresentadas, mas não descarta a influência da mudança climática que a Austrália sofreu há 45 mil anos atrás. De acordo com essa evidência, a fauna teria se recuperado, mas com a ação humana, os animais foram atacados de diversas formas. O autor conclui que sem a ação humana possivelmente o território australiano ainda seria povoado pelos gigantes.

O segundo maior desastre ecológico foi na América. Diferentemente da chegada na Austrália, os *Homo sapiens* vieram por terra já que o nível do mar era baixo entre a Sibéria e o Alasca. Harari aborda as dificuldades climáticas que possivelmente foram encontradas nesse trajeto, que nem mesmo os *neandertais* conseguiram efetuar. O sucesso dos *sapiens* deu-se em função da confecção de roupas e botas adaptadas ao clima frio e ao desenvolvimento de instrumentos e técnicas capazes de abater os grandes animais do norte. O motivo que levou os bandos a povoarem estes espaços pode estar relacionado à guerras, pressões

demográficas, desastres naturais, ou até mesmo pela busca de proteína animal (HARARI, p.104). Desse modo,

As terras do Ártico estavam cheias de animais grandes e carnudos, como renas e mamutes. Cada mamute era fonte de uma vasta quantidade de carne (que, considerando-se as temperaturas glaciais, podia inclusive ser congelada para mais tarde), gordura saborosa, pele quente e marfim valioso. Como atestam as descobertas em Sungir, os caçadores de mamute não apenas sobreviveram no norte glacial – eles prosperaram. Com o passar do tempo, os bandos se espalharam, perseguindo mamutes, mastodontes, rinocerontes e renas. Por volta de 14000 a.C., a perseguição levou alguns deles do nordeste da Sibéria ao Alasca (HARARI, 2018, p.104).

O autor ainda aponta que, inicialmente, as geleiras dificultaram o acesso para o resto da América, mas com o aquecimento global, por volta de 12000 a.C., os seres humanos se espalharam pelo continente, e por onde passavam destruíam grande parte da biodiversidade local. Toda dizimação mencionada ocorreu antes mesmo da chamada Revolução Agrícola, período de muitas invenções, por isso conclui que “temos a honra duvidosa de ser a espécie mais mortífera dos anais da biologia” (HARARI, 2018, p.109).

Dois mil anos após a chegada dos sapiens, a maioria dessas espécies singulares havia desaparecido. De acordo com as estimativas atuais, nesse curto intervalo a América do Norte perdeu 34 de seus 47 gêneros de grandes mamíferos. A América do Sul perdeu 50 de 60. Os tigres-dentes-desabre, depois de florescer por mais de 30 milhões de anos, desapareceram, tal como as preguiças-gigantes, os leões-americanos, os cavalos e camelos nativos do continente, os roedores gigantes e os mamutes. Milhares de espécies de mamíferos menores, répteis, aves e até mesmo insetos e parasitas também se extinguíram (quando os mamutes morreram, todas as espécies de carrapatos de mamute tiveram o mesmo destino) (HARARI, 2018, p.106).

Harari nomeia todo esse processo de *Primeira Onda de Extinção*, que se dá acerca de 70.000 anos, à partir da Revolução Cognitiva. Para ele, após esse período, o mundo presenciou ainda mais duas ondas de extinção, sendo a seguinte a disseminação dos agricultores, com a Revolução Agrícola acerca de 100.000 anos. Por fim, a terceira onda teria início com a Revolução Científica acerca de 500 anos, que culmina na Revolução Industrial, há cerca de 250 anos, na Revolução Informacional, há cerca de 50 anos, e na Revolução Biotecnológica. Essa última, para o autor, pode significar a extinção do próprio sapiens.

Para o autor, portanto, negar a dura ação humana desde o início da sua história impossibilita a maturação de estratégias que evitem que continuemos na mesma trajetória de destruição. Trazer a tona os impactos já produzidos pela atividade humana têm profunda importância para espécies ainda não extintas, como os grandes animais marinhos, pois, “se as coisas prosseguirem no ritmo atual, é provável que baleias, tubarões, atuns e golfinhos sigam os diprotodontes, as preguiças-gigantes e os mamutes rumo ao desaparecimento” (HARARI, 2018, p.110).

Diante o exposto nesse capítulo, a partir da obra de Yuval Noah Harari, *Sapiens: uma breve história da humanidade*, pode-se observar o que o autor postula acerca das principais descobertas e teorias que corroboram a emergência do gênero *homo*, em particular da espécie dos *sapiens*. Isto é, não se trata de uma obra do gênero de *ficção* científica, e, sim, de *divulgação* científica, sendo atualizado constantemente (CUNHA, 2018).

Desse modo, cabe destacar que esse livro é publicado pela primeira vez em Israel, no ano de 2011, originalmente sob o título *Uma Breve História do Gênero Humano*, sendo, atualmente, traduzido a 45 idiomas (GALINDO, 2018). Tal obra, já na primeira semana de lançamento nos Estados Unidos, figurava entre os livros mais vendidos na lista do *The New York Times*. Além disso, desde 2015 é best-seller internacional, e, em particular, a não ficção mais vendida no ano de 2018 no Brasil (RODRIGUES, 2018).

O motivo dessas observações é que a obra de Harari, ampliada a dois outros *best-sellers*⁵ – *Homo Deus: Uma Breve História do Amanhã* (2016) e *21 Lições Para o Século 21* (2018) – tornou vastamente influente⁶ as reflexões postas por esse “historiador israelense de 42 anos, que vendeu cerca de 15 milhões de

⁵ Acerca desses três livros, destaca-se que “[...] se o primeiro ensaio se concentrava no passado e o segundo no futuro, o terceiro se ocupa do presente” (GALINDO, 2018).

⁶ “As pessoas comentam suas ideias inquietantes. [...] Citá-los tornou-se a prova maior de que este tipo de leitor é mais do que inteligente: é alguém brilhante, inquestionavelmente brilhante e que, de brinde, lê um dos livros favoritos de Mark Zuckerberg.” (CUNHA, 2018)

livros em todo o mundo, [e] tornou-se um dos pensadores do momento” (GALINDO, 2018). Nesse sentido, corrobora-se que

A questão não é a respeito de ruído midiático ou de relevância intelectual. É a respeito do indício de que Harari mexe profundamente com o modo como pensamos a nossa natureza humana — e como seus livros, justamente por causa do impacto que têm em um mundo tão provisório como o nosso, podem colaborar na alteração efetiva do que conhecemos como “o homem”.

Isto é o fenômeno de vendas releva, não apenas os méritos da obra do autor, mas do interesse do público consumidor. Nesse sentido, o sucesso mundial de Harari pode ser aferida com reflexo da busca por explicação razoável acerca do presente, passado e futuro da humanidade diante ao quadro contemporâneo de catástrofe social e ambiental. Algo que se faz presente, até mesmo, na fala do autor, em entrevista ao jornal El País, em 2018. Quando a jornalista, Cristina Galindo, questiona-o *Que impacto o sucesso teve em sua vida?*, dentre outros elementos, Harari destaca:

A popularidade é muito agradável. Quem não quer ter sucesso, que as pessoas leiam seus livros, ter influência? Mas há um lado negativo. [...] Quando as pessoas começam a ouvir demais uma pessoa, não é bom para ninguém. Seja em política, na religião ou na ciência. O fenômeno do guru pode ser perigoso. Espero que muita gente leia meus livros, mas não por ser um guru que tem todas as respostas, porque não tenho. Tratam-se das perguntas (GALINDO, 2018).

Desse modo, é salutar compreender de que forma as postulações de Harari se aproxima e/ou diverge da ontologia marxista, uma vez que está influenciando de forma massiva na compreensão dos indivíduos acerca tanto da construção da história humana quanto das atuais relações sociais. Por isso, algumas considerações serão tecidas à esse respeito no capítulo final desta monografia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentou contribuições de ambos os segmentos, Ontologia e Antropologia, para aproximação com o objeto de estudo, evolução do ser social e a origem do gênero homo, respectivamente. Desse modo, foi possível reunir as transformações biológicas que culminaram no aparecimento dos primeiros grupos humanos, derivados de ancestrais primatas, e que também foram responsáveis pelo desenvolvimento das particularidades do gênero. Além disso, foram apresentadas transformações sociais responsáveis pela criação de condições próprias de reprodução, que passaram a constituir e ampliar a complexidade das relações entre os sapiens, culminando no recuo das barreiras naturais e na evolução de uma nova forma de ser, o Ser Social.

Diante os elementos aqui apresentados, pode-se aferir que as formulações sistematizadas pelos pensadores sociais no âmbito da ontologia marxista encontram correspondência no âmbito das descobertas científicas antropológicas, como os desdobramentos da postura ereta para as habilidades humanas manuais. Entretanto, tal aferição não pode ser generalizada, tendo visto que, por outro lado, algumas concepções foram superadas, como a centralidade da proteína animal para o desenvolvimento do cérebro humano, já que Harari (2018) afirma que grande parte da alimentação dos caçador-coletores era de origem vegetal.

Nesse sentido, esse é apenas um dos elementos que podem ser problematizados através do diálogo entre ontologia marxista e antropologia, buscando não corroborar a dogmatização do marxismo, logo, a sua falência para o entendimento do ser social, seja ao que tange sua base natural e/ou social. Portanto, diante da impossibilidade de discutir todas as sobreposições entre os estudos, as considerações a priori serão tecidas em torno de suas convergências.

Assim, a grande questão que pudemos aferir é que os avanços científicos antropológicos corroboram as afirmativas ontológicas marxistas no que tange a superação do caráter estritamente biológico da existência humana.

Isso é, vimos que a história do ser social começa, segundo a teoria marxiana, a partir da inovação promovida pelo Trabalho, o *Salto Ontológico*. Logo, na medida em que o ser humano transforma a natureza através de uma ação previamente idealizada e conscientemente orientada – ou seja, sua capacidade teleológica – se auto reproduz e desenvolve sua dimensão social, sem precedente no mundo natural.

Em paralelo, temos em Harari (2018, p.60), a concordância de que em dado momento "a história declarou independência da biologia", em função do que nomeia como *Revolução Cognitiva*. Ou seja, para além do desenvolvimento natural, o autor atribui fortemente esse salto à capacidade humana de falar sobre coisas que não existem. Para ele, esse fator possibilitou a cooperação de muitos indivíduos, que compartilham entre si mitos e crenças.

Portanto, o *Salto Ontológico e Revolução Cognitiva* refere-se ao momento de inflexão na história do *gênero homo*, em que emerge um novo elemento, central, que irá compor a sua constituição, a *práxis social*. Isso, porque se ambos os estudos corroboram que o humano é o único ser capaz de adaptar-se, modificar seus hábitos e suas ações sem depender de uma mudança biológica, concebem, também, sua capacidade de construir formas de organização social, não inertes na história.

No entanto, Harari trata a possibilidade, como sinalizado anteriormente, sob um viés idealista, onde a partir da *Revolução Cognitiva*, os *Sapiens*, portadores de astúcia, transformam o mundo conforme suas necessidades.

Diferentemente, na ontologia marxista, o mundo das ideias não pode ser descolado do mundo material, ou seja, aquilo que se apresenta na realidade concreta, histórica, é o que determina a consciência, e não o inverso. Nesse sentido, pode-se observar que, com a criação e sofisticação dos instrumentos de trabalho, a domesticação de animais e o desenvolvimento da agricultura, os seres humanos não mais precisavam se locomover em busca de alimentos, e, assim, criam a possibilidade de assentar-se sobre dado território. Esse processo transformou a relação dos seres humanos com a natureza e entre si, já que os bens não

consumidos pelos membros da comunidade – excedente econômico – poderiam ser trocados. A partir disso, tem-se o desenvolvimento de relações de produção, entre grupos dominantes e dominados, que foram organizadas de diversas formas ao longo da história, mas todas sob as bases da violência. É importante destacar que a violência não só se materializa através das punições destinadas aos corpos escravizados, mas também através da retirada dos meios de reprodução social, como vivenciado em nosso tempo.

Diante o exposto, pode-se aferir que somente a abordagem materialista dialética possibilita compreender a totalidade das relações sociais entendendo-as associadas à forma dos indivíduos produzirem a vida material em determinado tempo-espço. Essa compreensão diverge das postulações de Harari, pois o autor atribui à humanidade, enquanto espécie, o desequilíbrio socioeconômico e ambiental, ou seja, restringe a centralidade da análise à condição de existência e não à forma como os humanos se organizam no mundo.

A ontologia marxista, portanto, fornece elementos para perceber que, embora desde o início da história o *homo sapiens* tenha gerado a destruição massiva da natureza, não compartilhamos mais a mesma gênese dos problemas, que deixaram de ser “biológicos” para serem “sociais”. Isso porque, se nos primórdios as carências humanas moviam a espécie, hoje são as necessidades sociais que a faz.

Isto é, ainda que se constitua como *ser social*, a humanidade carrega carências imbricadas na dimensão natural, pois como menciona Marx (2004, p.84), “o homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem que ficar num processo contínuo para não morrer”. Assim como todas as espécies da natureza, os sapiens compartilham carências comuns baseadas em sua condição biológica, estas só produzem o próprio ser e/ou sua cria, trata-se de habitar, comer, dormir, etc.

Por sua vez, o gênero humano é a única espécie capaz de produzir mesmo com a carência satisfeita. Dessa ação, podem ser geradas novas carências

mais sofisticadas, pois “o homem faz da sua atividade vital um objeto da sua vontade e da sua consciência” (MARX, 2004, p.84). A satisfação dessas carências, mediante a atividade consciente, possibilita a emergência de necessidades, que são historicamente produzidas a partir da organização de produção material.

No tempo-espaço contemporâneo, tais necessidades são produzidas a partir do sociometabolismo do Capital. Portanto, não há como comparar a forma como os seres humanos transformaram a natureza há 60 mil anos atrás, com o modelo de produção vigente, esta seria uma análise idealista que ignora dois pontos principais. O primeiro, apontado pelos autores Chesnais e Serfati (2003), tange a transição para o capitalismo, onde se submeteu a atividade agrícola e os recursos do subsolo inteiramente a produção do lucro. O segundo, no bojo dessas conclusões, refere-se aos grandes avanços promovidos pela ciência que culminou na ampliada compreensão acerca do metabolismo da natureza, importante na construção de uma organização social que alcance o equilíbrio ecológico e socioeconômico, atualmente impedido pelo o objetivo central de produzir valor novo.

O fato é que, a vigente destruição da natureza – que inclui o ser social, uma vez que nunca extinguiu de si mesmo sua dimensão natural, ainda que a evolução biológica lhe tenha possibilitado a emergência da especificidade social – tem colocado na ordem do dia a reflexão da ação humana sobre o mundo. Diante a isso, podemos dizer que, hegemonicamente, são as concepções de Harari que fundamentam o entendimento do que fazer.

Por exemplo, ao observar a programática do desenvolvimento sustentável, percebe-se que surge como alternativa às consequências do antropoceno principalmente a partir da década de 70. A Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), envolve 193 países que se comprometeram a planejar ações nas dimensões econômica, social e ambiental a fim de enfrentar a ameaça de destruição planetária. Esse modelo de gestão global é construído através das propostas de organizações multilaterais e desconsidera a inerência da degradação social e ambiental sob a égide de produção e reprodução do capital.

Portanto, pode-se concluir que, fazendo coro as matrizes teóricas que fundamentam esse “modelo de desenvolvimento”, Harari corrobora para mascarar a base material da destruição do mundo. Portanto, uma das consequências do pensamento do autor é atribuir a responsabilidade da crise ecológica ao gênero humano, subsidiando as estratégias moralizantes e individuais de restauração da sustentabilidade.

Apesar disso, as contribuições de Harari mostram-se potentes ao nos alertar sobre as diversidades presentes entre os grupos humanos mesmo quando a população mundial não superava o número de habitantes da grande São Paulo. Assim, expõe que embora os caçadores-coletores possivelmente partilhassem da crença animista, manifestavam-na de diferentes formas, e não podemos concebê-los homogêneos – como se todas as sociedades fossem iguais, lendo a história de forma linear, acreditando que todas as sociedades se desenvolveram como a europeia no esquema primitivismo>feudalismo>capitalismo.

Desse modo, aponta para urgente necessidade de romper com a centralidade europeia nos estudos históricos sociais. Uma vez que, a movimentação humana mundial deu-se muito antes da história que nos é contada, ou seja, durante as navegações que caracteriza o processo de acumulação primitiva. Sem conceber essa verdade, não abriremos o debate das origens, fundamental para recuperarmos tudo aquilo que nos foi tirado da memória histórica, por consequência do controle na forma de reprodução social pelo capital.

A partir disso, podemos aferir que o processo de homogeneização do ser social é promovido pelo sociometabolismo do capital, uma vez que, anteriormente a essa forma de controle social, cada grupo produzia suas necessidades materiais e imateriais de forma particular. Portanto, embora estejamos sob esse controle dominante, considerar essas afirmativas é essencial para refletir acerca da sociedade que queremos construir, onde os indivíduos possam coletivamente deliberar tanto pela forma de produção, como de apropriação de suas objetivações

no mundo, e, assim, estarem livres para desenvolver suas especificidades, sem que estas sejam hostilizadas, destruídas, exterminadas.

Por fim, a obra de Harari possibilita ratificar que as barreiras naturais são inerentes à humanidade porque somos organismos da natureza, logo, o processo evolutivo e o salto ontológico, que culminou na constituição do *ser social*, não às extingue. O que se tem é a criação de condições para dominar o funcionamento do mundo natural e condiciona-lo, até certo ponto, ao atendimento das necessidades, atualmente, criadas a partir do imperativo do capital. Portanto, não se pode compreender a especificidade humana no plano da sociedade, buscando explicações em leis naturais ou místicas. Entretanto, igualmente não se pode, ainda que se faça, negar a totalidade, da qual o ser social faz parte, o mundo natural, a natureza.

Essas reflexões ratificam a opção pela ontologia marxista para a construção de uma mirada histórica do ser social, levando às últimas consequências o fato de que o modo de produção capitalista é novo, na história humana, assim como essa é na história do mundo. Ou seja, ao levar a critério de análise os milhões de anos que a humanidade foi coletora, tal como as posteriores formas produtivas, a centralidade do capital torna-se um sopro temporal.

Diante a isso, destaca-se a importância de rever e estudar o passado, pois, para além da desconstrução de falsos paradigmas, é imperativo reafirmar a historicidade dos processos reais a partir do papel construtivo dos seres humanos. Entretanto, essa requisição da história humana não é movida pela romantização do passado, nem mesmo pela intenção, a priori, de retornar a esse. Trata-se, sim, de a humanidade inteirar-se dos processos históricos e, assim, ansiar exercer o controle social sobre a sua forma de se objetivar no mundo.

A partir disso, faz-se necessário permanecer com essa investigação a fim de aferir os entendimentos cristalizados, principalmente, no que tange às formas produtivas já existentes.

Isto é, o suprimento das carências existiu apenas a partir do marco da dominação de um grupo humano pelo outro? Apenas essa nova conformação social teria possibilitado a diversificação de bens produzidos? Dentre as questões possíveis, questionar a história da produção e distribuição de excedentes nas sociedades pré-capitalistas, ascende como possibilidade.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social no Brasil**. 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.
- BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10 ed. rev. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.
- CHESNAIS, Francois; SERFATI, Claude. **"Ecologia" e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas**. Crítica Marxista Artigos. 2003
- CUNHA, Martim Vasques da. O que você precisa saber sobre Yuval Harari, autor de 'Sapiens' e 'Homo Deus'. **Gazeta do Povo**, 05 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/o-que-voce-precisa-saber-sobre-yuval-harari-autor-de-sapiens-e-homo-deus-avtgego36fa0ki39rkzw31uil/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- ENGELS, Friedrich. **Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. 1876.
- GALINDO, Cristina. Entrevista. Yuval Noah Harari, autor de 'Sapiens': a tecnologia permitirá 'hackear' seres humanos. **El País**, 26 ago. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/20/eps/1534781175_639404.html>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- GIL, Antonio Carlos Gil. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: Uma breve história da humanidade**. Trad. Janaína Marcoantonio. 30º ed. Porto Alegre: L&PM, 2017.
- LARA, Ricardo. Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia. **Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013.
- LUKACS, G. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia: Uma introdução**. 6 ed. São Paulo: Atlas. 2006.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Trad. Jesus Raniei. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. Capítulo XXIII - A Lei Geral da Acumulação Capitalista. In: MARX, K. **O capital**: Crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant' Anna. 25 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa Social. In: MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Razão, ontologia e práxis**. Serviço Social e Sociedade, n. 44, abr. 1994.

RODRIGUES, Maria Fernanda. Entrevista com Yuval Noah Harari. Yuval Noah Harari, autor de 'Sapiens', investiga o presente em '21 Lições Para o Século 21'. **O Estado de São Paulo**, 18 ago. 2018. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura.yuval-noah-harari-autor-de-sapiens-investiga-o-presente-em-21-licoes-para-o-seculo-21.70002459643>>. Acesso em 18 jun. 2018.

SAVIANI, Dermerval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 11º ed. rev. Editora Autores Associados LTDA: Campinas, São Paulo. 2011.

SGARBIEIRO, Márcia; BOURGUIGNON, Jussara Ayres. Apontamentos acerca dos métodos de pesquisa nas ciências sociais. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 9-19, 2011.

TONET, I. **Pluralismo Metodológico**: Falso Caminho. Disponível em: <http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/pluralismo_metodologico.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2019.




UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Curso de Serviço Social



DECLARAÇÃO

Certifico que o trabalho de conclusão de curso intitulado **ORIGEM DO GÊNERO HOMO E EVOLUÇÃO DO SER SOCIAL**, de autoria da estudante **Marília Andreza Rodrigues Ferreira Cerqueira**, foi aprovado sem ressalvas pela banca examinadora e que estou de acordo com essa versão final.

Mariana, 15 de julho de 2019.



Prof. Me. Raquel Mota Mascarenhas
Orientadora